

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LARA PEREIRA ARAUJO LEITE

**AS FARC COMO UM ATOR NÃO ESTATAL NO CENÁRIO
DA AMÉRICA LATINA (1964-1974)**

Sant'Ana do Livramento
2018

LARA PEREIRA ARAUJO LEITE

**AS FARC COMO UM ATOR NÃO ESTATAL NO CENÁRIO
DA AMÉRICA LATINA (1964 - 1974)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, turno integral, da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Balardim

Sant'Ana do Livramento

2018

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

L533f Leite, Lara Pereira Araujo

As FARC como um ator não-estatal no cenário da
América Latina (1964-1974) / Lara Pereira Araujo
Leite.

61 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)--
Universidade Federal do Pampa, RELAÇÕES
INTERNACIONAIS, 2018.

"Orientação: Rafael Balardim".

1. Colômbia. 2. FARC. 3. Movimentos
antissistêmicos. 4. atores não-estatais. I. Título.

NOME: LEITE, Lara

Título: As Farc como um ator não estatal no cenário da América Latina (1964-1974)

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rafael Balardim (Orientador)

Prof. Dr. Fábio Bento

Prof. Msc. Bernardo Muratt

À minha família, pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus pais, Sivonete e Sérgio, porque sem o apoio incondicional deles nada disso seria possível, assim como a minha irmã Beatriz, por ter que me aturar, e a toda família Pereira/Leite, por entender a minha ausência em diversas ocasiões.

Agradeço também à Universidade Federal do Pampa, por me proporcionar um espaço onde pude crescer e amadurecer minha formação intelectual e pessoal. A todos os funcionários, deixo aqui o meu obrigado.

A todos os professores, que durante essa caminhada estiveram ao meu lado, dedicando seu tempo e paciência para com todos os alunos, a fim de nos oferecer uma educação de excelência e experiências que iremos levar conosco para a vida toda.

Em especial, agradeço ao meu orientador Rafael Balardim, por toda a paciência e compreensão que teve comigo durante esse difícil último ano de graduação.

A Fernanda Nuñez, por todos esses anos de amizade construída dentro e fora da Universidade, por toda a paciência, conselhos, viagens, experiências e risadas compartilhadas, por ser essa pessoa incrível que me acolheu de braços abertos em sua vida.

A Débora Ozório, por toda a angústia compartilhada durante o processo de construção desse TCC, por estar ao meu lado nesses anos de UNIPAMPA, com seus conselhos e momentos divertidos que vivenciamos juntas.

A Luiz Fernando Chagas, Ingrid Bittencourt e Yasmin Gonella, meu obrigado por tornar meus fins de semanas mais divertidos, fazendo com que as semanas fossem mais leves.

A todos os amigos que fiz durante esses 5 anos de UNIPAMPA.

A Raíssa Rafael, que mesmo estando a 1.503 km de distância, se fez presente em minha vida como a melhor amiga que escolhi e irmã mais velha que a vida me deu.

A Ricardo Chiquito, pois sem ele, com certeza, não seria possível a entrega desse trabalho.

Por último agradeço aos ex-Presidentes da República Luiz Inácio Lula da Silva e a Dilma Rousseff, por terem expandido a Universidade Pública por todas as regiões do Brasil e por uma política que permitiu o acesso à educação às classes menos privilegiadas.

*“Mas apesar de tudo isso
O latifúndio é feito um inço
Que precisa acabar
Romper as cercas da ignorância
Que produz a intolerância
Terra é de quem plantar”*

*Canção da Terra - Pedro Munhoz/
O Teatro Mágico*

RESUMO

Este trabalho trata de uma questão ainda presente na contemporaneidade latino – americana: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Frequentemente tal grupo ocupa lugar na mídia nacional e internacional, o que reforça a sua atualidade. O fato é que parece pesar sobre as FARC uma série de discursos que as colocam no centro de polêmicas e visões distorcidas. Deste modo, esta pesquisa se dedica a pensar as FARC como um ator não estatal atuante no cenário interno da Colômbia e da América Latina entre os anos de 1948 a 1974. Constata-se que as FARC são o resultado de um Estado que, como muitos, negligenciou o seu papel como mediador das relações entre os atores existentes naquele momento e ao falhar em sua missão, permitiu as ações de atores não-estatais que tentaram substituí-lo, muitas vezes agindo nas franjas da legalidade social.

Palavras-chave: FARC; América Latina; Atores não-estatais; Movimentos antissistêmicos.

ABSTRACT

This paperwork is an issue still present in Latin American contemporaneity: the Revolutionary Armed Forces of Colombia (FARC). Often this group occupies place in the national and international media, which reinforces its actuality. The fact is that it seems to weigh on the FARC a series of speeches that put them at the center of controversies and distorted visions. So, this research is dedicated to thinking of the FARC as a non-state actor acting in the internal scenario of Colombia and Latin America between the years of 1948 to 1974. Thereby the FARC is the result of a state that, like many others, neglected its role as mediator of relations among the actors existing at that moment and failing in its mission, allowed the actions of non-state actors who try to replace it, acting on the fringes of social legality.

Keywords: FARC; Latin America; Non-state actors; Antisystemic movements.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa político da Colômbia.....	30
Figura 2 – Mapa do avanço da Guerrilhas Comunistas no território colombiano.....	49

LISTA DE SIGLAS

ANUC – Associação Nacional de Usuários Camponês da Colômbia

APEN – Associação Econômica Nacional

CEBs – Comunidade Eclesiais de Base

ELN – Exército de Libertação Nacional

EUA – Estados Unidos da América

FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

INCORA – Instituto Colombiano de Reforma Agrária

ONIC – Organização Nacional dos Indígenas Colombianos

ONG – Organização Não-Governamental

PCC – Partido Comunista Colombiano

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

SI – Sistema Internacional

UNIR – União Nacional da Esquerda Revolucionária

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2. EMBASAMENTO TEÓRICO	17
3 COLÔMBIA	29
3.1. Apontes históricos	30
3.2. Os conflitos no campo	40
4. O SURGIMENTO DAS FARC	44
4.1 Do Bogotazo ao ataque a Marquetália (1948-1964)	44
4.2 O Programa Agrário dos Guerrilheiros, o “Bloque Sur” e as Conferência (1964-1974)	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
6 REFERÊNCIAS	59

1 INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho é a organização do grupo guerrilheiro das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), a fundação e sua inserção na sociedade colombiana como um ator não estatal, suas transformações e os seus enfrentamentos contra o Estado, até se consolidar como um movimento de nítido caráter antissistêmico, afirmando-se não só contra o governo nacional colombiano, mas contra todo o sistema capitalista mundial.

A história dos países da América Latina é marcada por conflitos internos, desde a colonização por parte dos europeus, que enfrentavam a resistência das populações nativas contra as ocupações de suas terras e depois contra a exploração de sua mão de obra. A luta desses povos resultante dos séculos de dominação continuou contra governos autoritários instalados após a separação (independência) de suas ex-metrópoles europeias, pois além de não as representar, subjugaram-nas nesses territórios, muitas vezes constituídos de forma desassociada da realidade vivida até então pelas populações locais.

Portanto, é comum nestes países contestações de movimentos de caráter social como: Grupos da Teologia da Libertação (setores progressistas da Igreja Católica), Resistência Indígena, o Movimentos dos Trabalhadores sem Terras no Brasil, movimentos dos mais variados setores contra as ditaduras militares em quase toda a América Latina e os de Libertação Nacional: a Revolução Socialista em Cuba, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, Revolução Sandinista na Nicarágua, Frente FarabundoMarti de Libertação Nacional em El Salvador e o Exército Zapatista no México.

De maneira geral, a formação dos Estados Nacionais na América Latina não atendeu aos anseios dos povos englobados nestes territórios. As mudanças resultantes das modernizações sociopolíticas e econômicas não contemplaram as demandas regionais desses grupos no continente, provocando ao longo dos tempos a formação de entidades civis, grupos de solidariedades, CEBs e Pastorais Católicas, Associações de Índios, de Negros,

Grupos Feministas, Sociedades de Bairros, ONGs, Sindicatos de trabalhadores e outras instituições, que atuaram muitas vezes como agentes complementares nas políticas públicas insuficientes levadas pelos Estados, onde havia pouca ou nenhuma presença organizada de atores estatais, por culpa de atuações burocráticas comuns desde os tempos coloniais, ou por questões políticas das mais mesquinhas e localizadas. Até as mais importantes questões partidárias, lutas por espaços entre oposições e grupos pró-governos, quase sempre resultaram no agravamento das condições de vida dos habitantes envolvidos nesses espaços.

No caso da Colômbia, a formação do Estado não foi diferente. É possível observar através da sua implantação como um Estado constituído e independente que muitos setores da população foram esquecidos e negligenciados pelos governantes. Ao longo de décadas de descasos e sofrimentos, organizar-se para lutar pela própria sobrevivência tornou-se quase uma consequência natural. A cada movimento no sentido de avanço ou recuo do abandono governamental, ou até mesmo de suas opressões oficiais, as organizações populares respondiam com medidas proporcionais a sua força de mobilização e de ação. Foi nesse contexto que os atores não-estatais atuaram e acumularam forças para, nas décadas de 1950 e 1960, empreenderem ações de enfrentamento até mesmo armados contra o Estado estabelecido.

Em abril de 1948, com a morte de Jorge Gaitán, iniciou-se no país o período que ficou conhecido por “La Violencia”, onde um conflito bélico entre liberais e conservadores se instaurou e perdurou por 10 anos. Foi nessa época que se deu a passagem de grupos de variadas origens e reivindicações sociais para a formação dos que optaram por trilhar os caminhos das guerrilhas, como o Exército de Libertação Nacional (ELN) e as FARC.

As FARC voltaram ao cenário midiático internacional atual por participarem das primeiras eleições, após a assinatura de um acordo de paz com o governo colombiano em 2016, pondo fim a um conflito que perdurou por mais de cinco décadas. O espaço foi dedicado a reportagens sobre a associação da guerrilha com o narcotráfico de cocaína, ou em sequestros de

peças ligadas ao governo, como ocorreu com Ingrid Betancourt¹, em fevereiro de 2002. Muitas pesquisas realizadas sobre as FARC no campo das Relações Internacionais são da área de segurança ou relacionadas ao tráfico de drogas e terrorismo.

Partindo desse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar as FARC como um ator não estatal atuante no cenário interno da Colômbia e da América Latina entre os anos de 1964 a 1974. Tem como objetivos específicos: compreender a questão agrária e indígena colombiana; verificar os segmentos sociais componentes e representados pelas FARC e caracterizar as FARC como um movimento social antissistêmico. Para tanto, a pesquisa é motivada pela indagação sobre como as Farc surgiram e se desenvolveram como um ator não-estatal dentro do cenário político colombiano.

O trabalho possui um caráter predominantemente histórico, analítico e descritivo por analisar a evolução das FARC na Colômbia e no contexto da América Latina. Dessa maneira, o método de abordagem utilizado para o desenvolvimento deste trabalho consiste no método hipotético dedutivo. O levantamento de dados para esse estudo foi feito a partir de revisão da literatura já existente sobre o tema (artigos, livros, periódicos), sendo realizada uma abordagem qualitativa.

A pesquisa está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta o embasamento teórico utilizado e trata dos conceitos que são utilizados para a análise do objeto, ou seja, a questão dos atores estatais e não-estatais dentro do sistema internacional, os movimentos sociais e o papel que eles vêm desenvolvendo nas Relações Internacionais. Também é analisado o termo “movimentos antissistêmicos”, criado por Immanuel Wallerstein. E por último é trabalhado o conceito de guerrilha, como uma tática da guerra revolucionária.

O segundo capítulo apresenta um histórico da Colômbia, passando pelos períodos de colonização, independência e pós-independência. Período em que se estrutura o Estado como principal responsável pela administração

¹ Ingrid Betancourt, candidata à presidência da Colômbia, foi sequestrada em 23 de fevereiro de 2002 enquanto estava em campanha eleitoral. Durante uma visita prevista ao município de San Vicente seu comboio acabou por ser interceptado por guerrilheiros das FARC, no trajeto do aeroporto de Florencia até a cidade. Betancourt, permaneceu em poder da guerrilha até julho de 2008, quando com a operação “Xeque-Mate” o exército colombiano conseguiu invadir um dos acampamentos das FARC, sendo libertados 15 reféns, entre eles a ex-candidata.

territorial, política e garantidor das necessidades básicas da população. Das ações de evolução desse Estado constituído na Colômbia resultaram a organização de atores não-estatais, composta por setores da população excluída ao longo da história do país, pelos modelos de dominação desde a colonização espanhola. Nas suas várias formas de resistência, consolidaram-se como alternativa de atendimento imediato às reivindicações dos excluídos pelos atores estatais.

O terceiro capítulo é dedicado às FARC, de 1948 a 1974. Trata-se de uma análise do cenário político do Estado e de como esse espaço de tempo favoreceu a formação do movimento guerrilheiro, decorrente, entre outras muitas causas, dos desmandos governamentais e das conjunturas do período, incluindo os caminhos percorridos pelos muitos atores não-estatais, que se desenvolveram e se consolidaram dentro do território colombiano. Também são abordadas as influências externas, como a dominação do continente pelos interesses econômicos e políticos dos EUA, representando a Guerra Fria do pós Segunda Guerra (1939-1945), além das influências da Revolução Socialista em Cuba sobre os movimentos sociais da Colômbia e de todo o continente, a partir do apoio direto do novo governo instalado em Havana para os diversos grupos que optaram pelo caminho da luta armada para transformar a realidade de seu país, através da ajuda da extinta União das Repúblicas Socialista Soviéticas (URSS), interessada em enfraquecer a hegemonia norte-americana no continente no confuso tabuleiro da disputa entre as duas superpotências mundiais e líderes dos dois blocos rivais: Capitalismo e Socialismo.

Com a superação da Guerra Fria na década de 1990 (fim da URSS e do Bloco Comunista), as FARC tornaram-se uma questão interna da Colômbia, para em seguida ampliar seus componentes até alcançar elementos suficientes e atingir toda a região, influenciando as Relações Internacionais do novo contexto mundial.

2. EMBASAMENTO TEÓRICO

Esta pesquisa busca, como já foi dito, pensar as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) no âmbito das Relações Internacionais. Isto implica considerar, particularmente, o domínio conceitual de tal campo do conhecimento.

As *Relações Internacionais (RI)* são uma disciplina que começa a se desenvolver de forma autônoma no início do século XX, a fim de conseguir explicar os fatos da Primeira Guerra Mundial. Os estudiosos apontam a paz de Westfália (1648) como ponto inicial das RI moderna segundo a visão realista, pois conseguiu criar um equilíbrio entre as potências da época (RODRIGUES, 2014). Podemos definir que as Relações Internacionais

constituem um objeto cujo estudo é hoje um local privilegiado de encontro de diversas Ciências Sociais (...) O que caracteriza propriamente as Relações Internacionais é o fato delas constituírem fluxos que atravessam as fronteiras (...) Podemos por em evidência a especificidade das Relações Internacionais definindo-as como as relações sociais que atravessem as fronteiras e que estabelecem entre as diversas sociedades (BRAILLARD, 1990, p.82-83 e 86)

Portanto essas relações acontecem em um ambiente intitulado Sistema Internacional (SI), que de acordo com Merle (1981) é

(...) o meio onde se processam as relações entre os diferentes atores que compõem e fazem parte do conjunto das interações sociais que se processam na esfera do internacional, envolvendo seus atores, acontecimentos e fenômenos (MERLE, 1981, p. 43).

A característica principal do SI é a anarquia, ou seja, as interações que acontecem sem a regulação dos Estados ou de leis, não existindo um poder central, e sim intercâmbios e choques entre os atores da política internacional, que estabelecem a ordem internacional (PECEQUILO, 2010). Levando em

consideração uma visão mais clássica dos estudos das relações internacionais (realismo), o principal e único ator de análise é o Estado, que baseia suas ações no SI, na busca pela soberania, independência e Poder.

Porém, o Estado já não pode ser considerado o único ator que rege o SI com o término da 2ª Guerra Mundial, pois se leva em conta a influência de outros atores que atuam em decisões, até pouco tempo exclusivas dos Estados e seus mecanismos de funcionamento.

O Estado Moderno, como ator do SI, é o principal objeto de análise das RI, e tem como marco a assinatura de tratados que colocaram um ponto final à Guerra dos Trinta anos, conhecido como a Paz de Westfália (1648). Nesses tratados o Estado foi consolidado como uma entidade política legítima, ou seja, uma soberania garantida sem intervenções ou qualquer tipo de dependência entre Estados.

Sendo assim, a Paz de Westfália marcou a passagem da Idade Média, caracterizada por instâncias de poderes fragmentadas e não-seculares, para o Estado Moderno. As principais mudanças foram: a liberdade religiosa, ou seja, a partir dali cada governante escolheria a religião de seu Estado, pondo fim à supremacia da Igreja Católica; o princípio de soberania dos Estados; e o princípio de igualdade entre os Estados.

O Estado Moderno caracteriza-se como uma unidade política que possui como fundamentos básicos: a territorialidade (fronteiras definidas), a soberania política (governo organizado) e a população, sendo que suas prioridades são a manutenção das mesmas (PECEQUILO, 2010).

A formação do Estado ocorre de vários modos. Uma vez que os atores da sociedade civil o constituem, há necessidade de representa-los em toda sua diversidade, o que gera um organismo multifacetado. As ações desses atores determinam, então, as características da política doméstica e internacional. Embora sejam iguais de direito à atuação desses Estados, estas ações acabam sendo marcadas pelo princípio da individualidade, na medida em que cada ator busca fazer prevalecer seus pontos de vista, para cada situação de disputa que se apresenta nos cenários do ambiente onde atuam.

A busca pelo Poder delimita a capacidade de atuação do Estado, elemento essencial para a política doméstica e internacional, sendo que a eficácia de se colocar nos cenários é determinada pela forma como se

estabeleceu no SI. Sua autonomia é relacionada ao seu potencial de decisão nas várias circunstâncias em que são postos, assim como suas fragilidades. Portanto, em um sistema que os Estados são considerados soberanos, estes podem ser definidos, segundo Weber (1982), como “aquela comunidade humana que, dentro de determinado território – este, o ‘território’, faz parte de suas características – reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima”.

Weber deixa claro que o Estado não é uma entidade separada da vida, e sim, baseado nas relações de vontade dos humanos – que essencialmente são o Estado – caracterizados pelos que mandam e os que obedecem. O Estado então é uma associação de dominação entre humanos, firmada no monopólio dos meios de coação legítima. As relações da dominação precisam ser legítimas para durarem e serem estáveis. A legitimidade, por sua vez, resulta da confiança no fato de que a força é compatível com a lei e que é a última garantia da ordem. Sendo assim, a dominação é exercida na lei e fundamenta-se na legitimidade, ou seja, para que as relações de dominação entre os humanos ocorram sejam legítimas, também devem ser legais (BIANCHI, 2014).

Nessa relação, onde uma das partes consegue impor sua vontade, cria-se uma situação de dominantes/ dominados. A adoção de uma ordem que regula tal situação forma uma associação política, assim definida: “quando e na medida em que sua subsistência e a vigência de suas ordens, dentro de determinado território geográfico, estejam garantidas de modo contínuo mediante a ameaça e a aplicação de coação física por parte do quadro administrativo”. (WEBER, 2012, p.34).

Hans Morgenthau, assim como Weber, acredita que o que define o Estado é a manifestação do monopólio da força organizada, o que permite que a sociedade preserve a paz dentro do território nacional, pois garante a contenção de qualquer ação que perturbe a paz. É o chamado “poder avassalador”. Sendo assim, a própria existência do poder do Estado já implica uma pressão social – coação – capaz de dissuadir as perturbações coletivas à organização compulsória daquela sociedade.

A que se deve atribuir a relativa estabilidade, no âmbito interno dos Estados? Em outras palavras, que fator, responsável pela paz e pela ordem existentes dentro das sociedades nacionais, se mostra tão

conspicuamente ausente no cenário internacional? Parece óbvia a resposta – é o próprio Estado. As sociedades nacionais devem sua paz e sua ordem à existência de um Estado que, dotado de poder supremo dentro do território nacional, mantém a referida paz e ordem (MORGENTHAU, 2003, p.906).

Segundo Morgenthau (2003) o Estado não se mantém independente dos conflitos internos. Pelo contrário, está sempre pronto para destruí-los através do uso da força, visto que disputa de classes, raças e religiões podem ocasionar revoluções, golpes de Estado ou guerras civis que ameaçam a sua própria existência. Portanto a atuação do Estado deve ser a de impedir que indivíduos quebrem o acordo de paz firmado entre todos os membros da nação.

No campo de estudo das Relações Internacionais, fez-se necessário uma busca pela ampliação do conceito de ator, dadas as mudanças que a sociedade internacional sofreu desde o início do século XX. O SI não conseguia mais comportar apenas o Estado como seu único ator atuante, como funcionava no modelo de Westfália.

Neste sentido foi preciso acrescentar aos estudos de relações internacionais a ação de novos elementos para a interpretação do seu objeto de estudo. Estudiosos então passaram a considerar em suas análises elementos que a seu ver também influenciavam o SI. Os conceitos trabalhados nessas novas concepções são baseados na ideia de que o Estado não deixa de ser um ator importante, mas passa a dividir esse protagonismo com outros atores, denominados como atores não-estatais.

Atores não-estatais podem ser definidos sucintamente, segundo Phillip Taylor como, “entidades outras que não os Estados-nação, que interagem no sistema político internacional” (TAYLOR, 1984, p.20). Ou seja, esses atores não-estatais possuem nenhum tipo de relação com o Estado.

Em um conceito mais abrangente, Wallace (2001) caracteriza os atores não-estatais como organizações amplamente autônomas do comando de qualquer instituição, que ultrapassam as fronteiras estatais, criando relações transnacionais e que afetam nas resoluções políticas dos Estados.

Os atores não-estatais dividem-se em dois grupos: As Organizações Internacionais Governamentais (OIGs) e as Forças Transnacionais (FTs). As OIGs representam grupos políticos formados por Estados, que se dividem de

acordo com suas dimensões e propósitos: as de Propósitos Abrangentes e as de Propósitos Únicos, podendo ser regionais ou globais. A relação entre as OIGs e os Estados é assistida por uma dinâmica de autonomia e dependência, de igualdade e pressão, enquanto as FTs são grupos ligados a sociedade civil, que influenciam a política dos Estados (PECEQUILO, 2010).

As Organizações Não Governamentais (ONGs), as Multinacionais ou Transnacionais, os Grupos Diversos da Sociedade Civil que segundo Pecequilo (2004) “englobam desde as atividades da Igreja, até as de sindicatos e partidos políticos, chegando à ação dos grupos terroristas, máfias, e crime internacional” e a Opinião Pública Internacional representam as FTs.

Para Olsson (2001) o papel do Estado deve ser observado de forma igual à ação de outros atores em diferentes áreas, seja no âmbito político, econômico ou jurídico. Entretanto não se deve subestimar o Estado, uma vez que este, tende a influenciar no desempenho desses atores não – estatais (RODRIGUES, 2014). Levando em consideração essa ação dos novos atores, os não-estatais, surge um leque de novas abordagens a serem estudadas e analisadas pelas relações internacionais, onde a atuação dos movimentos sociais dentro da esfera estatal, ou do cenário internacional representam uma ação de um ator não-estatal.

No campo das relações internacionais, os estudos sobre os movimentos sociais vêm ganhando um espaço maior a partir da década de 1990, com a queda do muro de Berlim e com a ascensão de grupos contrários à globalização e ao neoliberalismo. Para estudar e compreender esses novos movimentos, os pesquisadores das RI buscam apoio nos estudos das ciências sociais sobre tal assunto.

Em vista disso, existem diferentes formas de conceituar os Movimentos Sociais, o quais são, de um modo geral, tentativas coletivas de mudanças geradas pela insatisfação da sociedade civil. Para isso devemos levar em conta que são

(...) ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. (...) As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. (GOHN, 2000, p.13)

Através da história mundial é possível perceber que sempre existiram diferenças entre as classes sociais. A classe dominante sempre subjungando as outras, o que leva esses desfavorecidos a se unirem e a lutarem por seus direitos e melhores condições. Esses embates são realizados de diferentes modos, através de uma simples denúncia, de manifestações, passeatas, atos de desobediência, entre outros. Mas para se caracterizar como um Movimento Social é necessário que exista uma identidade, um oponente e fundamentação em um projeto de construção social (GOHN, 2011).

As ações desencadeadas pelos grupos organizados podem ter um caráter apenas local ou atingir a dimensão de um território, contestar uma liderança política de um bairro ou atingir direta ou indiretamente a autoridade nacional. Essas organizações conseguem incomodar a ordem estabelecida.

Em alguns casos, os movimentos sociais não somente conseguiram traduzir suas agendas em políticas públicas e expandir as fronteiras da política institucional, como também lutaram de maneira significativa para redefinir o próprio sentido de noções convencionais de cidadania, representação política e participação e, em consequência, da própria democracia. (SILVA, 2009, p.2).

Por isso, “ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo” (GOHN, 2011, p.336). Essa sensação de pertencimento reforça então, a identidade enquanto coletivo e as causas que eles defendem. O indivíduo torna-se ativo nas ações do grupo e cada vez mais disposto a assumir as demandas que surgirem, e a enfrentar qualquer obstáculo que se coloque entre os objetivos a serem alcançados pelo movimento que agora o representa.

A radicalização das reivindicações sociais, com o contato de ideologias políticas mudam o rumo de vários desses atores, muitos indivíduos tornam-se dissidentes de grupos já organizados e partem para ações mais concretas, para preservar sua existência, ou até para atacar estruturas estabelecidas.

Para Immanuel Wallerstein (2003) ao fim do século XIX surgiram dois tipos de movimentos populares que acreditavam que seus propósitos eram mais importantes do que de qualquer outro pensamento político rival: os movimentos de libertação nacional e os movimentos sociais. Os movimentos

de libertação nacional buscavam a formação de um Estado nacional, através da união de unidades (regiões) políticas que se viam pertencentes a uma nação. Os movimentos sociais eram partidos políticos socialistas e grupos sindicais que pretendiam impulsionar a luta de classes contra a burguesia e empresários, dentro de cada região.

Ambos os movimentos se nomeavam como revolucionários, ou seja, lutavam para que ocorressem mudanças fundamentais nas relações sociais. Tiveram muitas dificuldades, inicialmente em continuar existindo por serem politicamente frágeis e por conta das repressões que sofreram dos governantes. Ambos passaram por transformações estruturais que definiram as suas estratégias.

Nos movimentos nacionalistas prevaleceu a ideia de uma nação política sobre uma nacionalidade cultural, enquanto nos movimentos sociais prevaleceu a ideia de primeiro organizar um Estado nacional, como de fato ocorreu, para depois transformá-lo conforme sua ideologia, ou seja, a serviço de uma determinada classe (WALLERSTEIN, 2010).

Com o objetivo de denominar esses movimentos, Wallerstein se utiliza do termo “Movimentos Antissistêmicos”

Acuñé el término “movimiento anti-sistémico” en los años ‘70 porque buscaba un vocablo que pudiera agrupar lo que histórica y analíticamente habían sido dos tipos diferentes de movimientos populares, marcadamente distintos y rivales en muchos sentidos – los llamados movimientos sociales y los movimientos nacionales. (WALLERSTEIN, 2010, p.179)

Alguns desses movimentos obtiveram sucesso na primeira etapa dos seus objetivos, que era chegar ao poder. Com um grande esforço de educação e organização para se obter apoio das massas populares, militantes e simpatizantes, os movimentos se consolidaram como adversários do poder político.

Assumindo os governos, esses grupos perceberam que para se manterem precisariam modificar alguns de seus preceitos. Aqueles que pregavam uma reforma radical no sistema político social notaram que mudanças só seriam através da ameaça ou do uso da força. E quanto mais permaneciam no poder, mais visível era o afastamento dos ideais defendidos

anteriormente. Sendo assim, falharam com o segundo objetivo, por não conseguirem transformar o mundo.

Segundo Wallerstein (2010), em 1968, uma nova onda de movimentos antissistêmicos atingiu o mundo, tendo diferentes demandas em nível local mais principalmente,

(...) era simultaneamente uma reação contra os poderes restaurados das forças pró-sistêmicas sob a hegemonia dos Estados Unidos e uma reação contra o fraco e mesmo negativo desempenho dos movimentos da velha esquerda no mundo – sua “fraqueza, corrupção, conivência, negligência e arrogância. (ARRIGHI,2003, p. 109)

Originaram-se quatro tipos de tentativas de movimentos antissistêmicos: (1) o nascimento de várias leituras do movimento maoísta, a partir da Revolução Cultural Chinesa, defensora de uma doutrina pura como caminho para aprofundar a revolução; com a morte de Mao TséTung, elas deixaram de existir; (2) uma nova esquerda (New Left) a partir dos anos 1970, criticando principalmente as prioridades da esquerda tradicional, pois acreditava que a transformação na sociedade deveria ser feita junto com a revolução e não posteriormente a ela. Movimentos ecológicos, como os Verdes, os movimentos de minorias raciais/étnicas, os movimentos feministas, se destacam nesse novo cenário; (3) movimentos de organizações de direitos humanos, os quais adquiriram maior visibilidade a partir dos anos 80; parte dessas organizações acabaram cooptadas pelo Estado; (4) nos anos 1990 movimentos já existentes, locais, nacionais ou transnacionais, do Norte ou do Sul em um só contexto, uniram-se para lutarem contra os males sociais causados pelo neoliberalismo, sem criar uma superestrutura. São chamados de movimentos antiglobalização.

Podemos destacar dentro desses movimentos antiglobalização a utilização do combate armado, ou seja, a guerrilha como uma estratégia de luta. Guerrilha é um termo que em espanhol que significa “pequena guerra”, é reconhecida e passa a ser estudada também como uma estratégia militar a partir da resistência formada por cidadãos espanhóis contra as tropas napoleônicas. Foi uma tática utilizada em diferentes guerras durante toda a história mundial, como por exemplo na Guerra da Indochina (1946-1954), Revolução Cubana (1949) e outras mais.

Assim, podemos classificar guerrilha como “... um meio que pode ser utilizado por uma política tanto revolucionária quanto reacionária, e será sempre a definição política que caracteriza a guerrilha e não o contrário (SAINT-PIERRE 1999, p.173).” Nesta pesquisa, quando nos referirmos à guerrilha, será como uma política utilizada pela guerra revolucionária.

A guerrilha pode ser utilizada tanto na guerra revolucionária quanto na contrarrevolucionária (como a guerrilha czarista que combateu o Exército Vermelho na URSS ou a guerrilha dos “contras” que combateu o Exército Sandinista na Nicarágua) e não será ela que caracteriza essa guerra, mas a política que constitui sua essência. (SAINT-PIERRE, 1999)

Por guerra revolucionária podemos entender que consiste em “[...] uma guerra civil na qual o fundamento último do conflito, sua caracterização política, é a agudização bélica da luta de classes (SAINT-PIERRE, 1999, p.68). Levando em consideração que o que caracteriza qualquer guerra é a política para a qual ela serve e não os meios, uma guerra só será revolucionária se estiver a serviço de uma política revolucionária.

A existência de uma guerrilha, quando revolucionária, manifesta a oposição violenta ao regime legal vigente. Portanto, as guerrilhas ficam conhecidas como uma tática utilizada por grupos revolucionários de maioria considerada comunista. Na década de 1960, quando houve no mundo uma explosão de movimentos de cunho socialista, a América Latina não ficou de fora.

Carl Schmitt, em sua *Teoria do Guerrilheiro* (1984), define a singularidade desse tipo de combatente: a irregularidade, a mobilidade, o intenso compromisso político e o caráter telúrico.

Irregular diz respeito a uma estrutura armada que não possui nenhuma característica identificadora que as convenções de Haia e Genebra exigem de um exército regular, como por exemplo uniforme reconhecido, hierarquia rígida, reconhecimento internacional, entre outras tantas. Segundo Schmitt,

O guerrilheiro combate como irregular. O conceito de combate regular e irregular depende, entretanto, de uma clara definição de “regular” e entra apenas nas modernas formas de organização bélica, surgidas nas guerras que se seguiram à Revolução Francesa, sua antítese real e por isso mesmo sua verdadeira definição. (SCHMITT, 1984, p.114)

Por carregarem menos apetrechos bélicos, a mobilidade tática dos guerrilheiros é melhor e essa para Che Guevara é a característica mais importante de uma guerrilha

Característica fundamental de uma guerrilha é a mobilidade, o que lhe permite estar em poucos minutos longe do teatro específico da ação e em poucas horas longe da região mesma, se for o caso, que lhe permite mudar constantemente de frente e evitar qualquer tipo de cerco. (GUEVARA, 1984, p.48)

O intenso compromisso político diferencia a guerrilha de outros movimentos de caráter banditista, uma vez que esses não justificam suas ações por motivos políticos, e sim pelo desejo do lucro fácil e pessoal (SCHMITT, 1984, p.123).

Por último, o caráter telúrico, ou seja, a guerrilha tem como objetivo principal defender sua terra do invasor. Sendo assim o guerrilheiro sempre irá lutar em seu território e nunca no estrangeiro. Che Guevara dizia:

Interessa-nos o caso de um grupo armado que vai progredindo na luta contra o poder constituído, seja colonial ou não, que se estabelece como base única e que vai progredindo nos meios rurais. Em todos esses casos, qualquer que seja a estrutura ideológica que anime a luta, a base econômica está dada pela aspiração à posse da terra. (1984, p.41).

A guerrilha tem como principal propósito desestabilizar, desgastar, desmoralizar as forças inimigas e servir de apoio ao exército revolucionário. Trotsky afirmava que “se a guerra tem por finalidade, falando de modo geral, aniquilar o adversário, a guerrilha por sua vez aplica-se a provocar dificuldades e danos ao inimigo” (1973, p.116). Segundo Diniz (2002) as guerrilhas eventualmente aumentam suas forças às custas de seus inimigos

Desse modo, a guerrilha como definida anteriormente é uma tática utilizada como estratégia na guerra revolucionária. Por conta de diferenças entre o movimento revolucionário e as forças de repressão, é necessário que primeiramente a guerrilha monte uma base de treinamento em uma região segura, que dificulte o acesso das tropas inimigas, mas que possa contar com o apoio da população, buscando a autopreservação e criando novas frentes guerrilheiras. O objetivo estratégico da guerra revolucionária é tarefa do

Exército Revolucionário, que será formado a partir da guerrilha (SAINT-PIERRE,1999).

Para Che Guevara:

A guerra de guerrilhas ou guerra de libertação terá em geral três momentos: o primeiro, da defensiva estratégica, em que a pequena força que foge e morde o inimigo não está refugiada para fazer uma defesa passiva em um círculo pequeno, senão que sua defesa consiste nos ataques limitados que possa realizar. Passado isso, chega-se a um ponto de equilíbrio em que se estabilizam as possibilidades de ação do inimigo e da guerrilha e, logo, o momento final do desbordamento do exército repressivo que levará à tomada das grandes cidades, aos grandes encontros decisivos, ao aniquilamento total do adversário. (1984, v.1, p.221)

A apresentação dos conceitos acima foi realizada para melhor compreensão desta pesquisa. Entretanto, tais conceitos não podem ser vistos apenas como problemas teóricos, mas ferramentas de análise e entendimento. Conceitos são paradigmas presentes no cotidiano da humanidade, modificando e estabelecendo novas vivências sociais e até ideologias. É com essa percepção que apresentamos a seguir os acontecimentos históricos que levaram à criação e à inserção das FARC como um ator não-estatal no cenário político da Colômbia.

3 COLÔMBIA

A República da Colômbia é um país situado a noroeste da América do Sul, que faz fronteira com Brasil e Venezuela a leste; com Peru e Equador ao sul; com o Oceano Pacífico a oeste e com o Mar do Caribe ao norte; e com o Panamá a noroeste. A sua capital fica situada na cidade de Bogotá. O país tem uma estimativa de, aproximadamente, 49,6 milhões de habitantes, sendo a 29ª maior população mundial e a 2ª maior da América do Sul, ficando atrás apenas do Brasil.

Mapa 1 - Mapa político da Colômbia



Fonte: Pécaut, Daniel. As FARC: uma guerrilha sem fins? – pág 8, 2010

A Colômbia apresenta, dentro do território da América Latina, uma grande importância geopolítica, uma vez que sua localização implica

O país apresenta uma vasta diversidade étnica e cultural, devido à miscigenação da população indígena, originalmente da região, com os colonizadores europeus e os escravos africanos.

Possui uma economia baseada na agricultura e pecuária, tendo o café como principal produto agrícola de exportação, o cultivo e produção ilícita da cocaína gerou uma economia paralela e uma relação entre população rural, traficantes e governo central que só se deteriorou ao longo do aumento da produção e aprofundou os conflitos armados por todo o território (PÉCAULT, 2010). A intensificação de conflitos já existentes nas áreas rurais desde 1920, ganha novos atores com o advento dos grupos armados revolucionários: ELN, M-19 e as FARC.

Para entender como as FARC surgiram é necessário recorrer a uma breve apresentação da história da Colômbia e de como esses fatos, que acabaram por consolidar esse país como um Estado, influenciaram a formação de tal grupo.

3.1. Apontes históricos

No continente americano antes da chegada dos europeus, no século XV, existiam aproximadamente 88 milhões de ameríndios habitando esse território. Eles se organizavam em tribos que se espalhavam por toda a extensão continental, sendo as mais conhecidas os Astecas (América do Norte), Maias (América Central) e Incas (América do Sul). Estas sociedades eram desenvolvidas socioeconomicamente, possuindo suas próprias leis, atividades econômicas, e principalmente suas culturas.

Na região que hoje abrange a Colômbia não era diferente. Existiam diferentes tribos que se distribuíam por todo o território, cada uma com suas peculiaridades. Com a efetiva ocupação por parte da coroa espanhola, no século XVI, a população indígena (ou algumas parcelas desta) que ali residia foi subjugada, escravizada e dizimada pelos colonizadores europeus.

Algumas tribos que se localizavam em áreas de difícil acesso geograficamente, como os Nasa (atual cidade de Paez) e os Wayuu (atual Guajiro) foram capazes de exercer uma maior resistência aos colonizadores (GUTIÉRREZ; ECHEVERRI, 2010). Também existiram aqueles que lutaram bravamente na tentativa de se manterem íntegros, mas tiveram uma perda cultural imensurável. Além disso, suas melhores terras foram tomadas e ocupadas para a agricultura e pecuária colonial.

Com o estabelecimento de vilas e de pequenas cidades pela coroa espanhola na região, como Santa Maria em 1526, Cartagena das Índias em 1533 e Santa Fé de Bogotá em 1538, instaurou-se um novo tipo de governança onde os índios foram submetidos aos colonos e obrigados a trabalharem em minas de extração de metais preciosos (MELO, 1995). Com isso a população nativa diminuiu drasticamente, registrando-se até a extinção de algumas etnias durante os séculos seguintes, devido às epidemias, ao deslocamento forçado, ao trabalho excessivo e a diversos outros motivos.

Consequentemente, foram estipuladas medidas para houvesse uma redução nas mortes e do descontentamento dos povos indígenas.

La abrupta disminución de la población indígena obligó a la corona española a desarrollar una especial legislación proteccionista en la que figuraba la constitución de los resguardos de tierras, medida que si bien reconocía a los indígenas un derecho también significaba la sujeción de las comunidades al tributo, a los servicios personales y a la adopción obligada de la lengua castellana y de la religión católica. (GUTIÉRREZ; ECHEVERRI, 2010, p.14)²

Embora essas medidas tenham demonstrado uma certa flexibilidade da coroa, os nativos não se aquietaram e continuaram com suas rebeliões, o que inevitavelmente ocasionou a ida de escravos africanos para a região. Com o aumento das vilas e cidades, consequência da vinda de espanhóis para fixar moradia na região, houve também o aumento do garimpo e das atividades agropecuárias, sendo necessária uma grande importação de escravos negros para suprir a necessidade dos colonos, aumentando assim a miscigenação da população.

Mesmo com essa diversidade populacional, a estrutura social era relativamente rígida. Aqueles que detinham o poder e as melhores condições de vida eram os brancos europeus (Chapetones) e seus filhos que na América nasciam, os chamados criollos, não podiam exercer atividades políticas administrativas.

Com a dominação espanhola firmada, o interesse econômico atribuiu a estes territórios um complexo sistema de controle, com instituições e servidores que garantiam a exploração da colônia. Foi instituído em 1717, o Vice-Reino de Nova Granada, correspondente aos atuais territórios da Colômbia, Equador, Venezuela e Panamá. Por praticamente setenta anos, a elite branca local (criolla) sofreu com os abusos da coroa espanhola, mas também se beneficiou com o poder econômico e de exploração sobre a população indígena concedido pela mesma.

A partir de 1780, iniciaram-se na região rebeliões lideradas pelos criollos, processo que levou, em 1810-11, à independência da Colômbia. Essas rebeliões ocorreram por diversos motivos

² A diminuição abrupta da população indígena forçou a Coroa Espanhola a desenvolver uma legislação protecionista especial que incluiu a constituição das reservas de terra, uma medida que, embora reconhecesse aos povos indígenas um direito, também significava a sujeição das comunidades ao tributo, aos serviços pessoais e à adoção forçada da língua castelhana e da religião católica. (tradução nossa)

[...] se realizó en la segunda mitad del siglo XVIII, y está en relación con las grandes crisis económicas, las tensiones sociales y la penetración del pensamiento ilustrado. En el Nuevo Reino, esta etapa pre-revolucionaria se manifiesta en las rebeliones negras en sus luchas contra la esclavitud, la insurrección antifiscal y socio-económica de los Comuneros, las tensiones sociales de los criollos contra los peninsulares, la gran presión demográfica, las reformas fiscales con la creación de nuevos impuestos y el debilitamiento de la producción minera, entre otras expresiones de la decadencia colonial, en unos años de crisis generalizada en el mundo occidental. (LÓPEZ, 2009, p. 18)

A Espanha por sua vez vinha sofrendo com uma guerra de sucessão, perdas de territórios coloniais, queda na produção de minérios e com as novas potências mundiais (Inglaterra e França).

A Influência do pensamento Iluminista nas colônias espanholas da América se espalhou por setores das elites locais, permitindo que as críticas feitas aos ideais absolutistas se tornassem justificativa para a luta contra o domínio espanhol.

As elites coloniais colombianas eram constituídas por uma diversificada formação social, na qual se encontram latifundiários (produtores de gêneros de exportação como açúcar, cacau, etc.), proprietários de minas, comerciantes dos centros urbanos, etc. Não possuíam uma unidade de pensamento político ou econômico, mas, em geral, concordavam em conquistar o direito ao livre comércio, além de ampliar seus poderes locais.

Llegó un momento en el cual los “criollos” americanos, hijos de españoles nacidos en América, no aguantaron más el cúmulo de impuestos, los abusos, las injusticias y la explotación a las cuales los españoles europeos o “chapetones” los tenían sometidos, y por eso decidieron desconocer a las autoridades ibéricas y proclamar su independencia y libertad (FORERO, 1946, p. 5 e 8)

A expulsão dos padres jesuítas, as reformas educacionais, a expedição botânica, a revolução dos Comuneros, a chegada da imprensa, entre outros acontecimentos, constituíram precursores do movimento pela independência na Colômbia, tanto quanto Antonio Nariño, que em 1794 traduziu e publicou a declaração dos direitos do homem e cidadão, e Pedro Fermín de Vargas, que por sua vez

[...] realizaba contactos con Inglaterra para obtener la independencia del Nuevo Reino y conspiraba en Europa, en el mismo ambiente del venezolano Francisco Miranda y demás precursores americanos,

quienes planeaban la lucha contra el régimen español (LÓPEZ, 2009, p.20).

Na década seguinte os movimentos anticolonialistas na América se fortaleceram e ganharam maiores proporções, quando Napoleão Bonaparte invadiu o território hispânico, coroando seu irmão rei da Espanha, em 1808, LaRosa (2013) afirma, que esse foi o evento catalisador do processo de independência das colônias espanholas na América Latina.

Sob a intensa influência da aristocracia de Quito no Equador, que reivindicava um governo autônomo em agosto de 1809, os criollos colombianos se levantaram contra os governantes franceses da Espanha. O confronto que se seguiu ganhou contornos continentais, com rebeliões por todo o território ocupado pelos espanhóis. Na região do vice-reinado de Nova Granada, as principais cidades se organizaram, ora se unindo, ora lutando com exércitos formados por conta própria.

A Independência do vice-reinado de Nova Granada foi marcada por guerras contra a Espanha e principalmente por conflitos regionais de interesses das lideranças locais que buscavam ampliar seus poderes. Os espanhóis que ocupavam cargos importantes no governo foram substituídos por novas autoridades criollas, que por vezes incluíam pardos, promovidos para posições políticas e militares importantes durante a guerra. As províncias que se juntaram após a independência divergiam entre si, pois havia ainda alguns fiéis à ideia de união com o reino de Espanha.

Os líderes da Independência, nos primeiros anos que a sucederam, conseguiram atrelar ao nacionalismo o conceito de união das raças como um dos pilares para a formação de uma nação livre (LASSO, 2006). Estava tão presente essa união, que negar a igualdade racial era equivalente a apoiar a coroa espanhola ou se opor ao republicanismo. Essa aparente harmonia escondia o receio de uma guerra racial, tal como o fantasma da guerra do Haiti que pairava sobre as cabeças das mais altas autoridades criollas da República “Es muy probable, y El Libertador siempre pronostica, que concluida la guerra con los españoles tengamos otra con los negros” (RESTREPO, 1954).

Em 1819, liderados por Simon Bolívar, os revolucionários derrotaram o exército espanhol e fundaram a Grã-Colômbia (atuais Colômbia, Panamá, Venezuela e parte do Equador), República cujo nome homenageou o

descobridor Cristóvão Colombo e elegeu como presidente o próprio Simón Bolívar, que tinha o projeto de unificar as ex-colônias espanholas da América do Sul, partindo dessa nova nação.

Com a independência decretada se fez necessário uma organização política do novo Estado. Para isso o congresso nomeou Simon Bolívar como presidente e Francisco Antonio Zea como vice da Grã Colômbia. Também foram designados para governar o General Francisco de Paula Santander (Nova Granada) e Juan G. Rosio (Venezuela).

Foi promulgada, em 1821 na cidade de Cúcuta, a primeira constituição. De caráter liberal, ela previa a divisão dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, um congresso composto por duas câmaras, cujos membros eram escolhidos por voto popular e a caracterização dos eleitores: apenas poderiam exercer o voto aqueles que fossem livres, que soubessem ler e que tivessem patrimônio (URIBE, 1991).

A partir desta mesma constituição foi delegado o cargo de Presidente a Simon Bolívar e a Francisco Santander o de vice-presidente, estabelecendo então um governo centralista, onde o poder era todo concentrado nas mãos do presidente. Contudo, Bolívar deixou o cargo bem como as responsabilidades para lutar nas guerras de independência do Peru, Equador e Bolívia, voltando apenas em 1826. Em sua ausência Santander assumiu o cargo. Apesar das muitas dificuldades para organizar um novo Estado, devido aos esforços de guerra, logrou sucesso em criar instituições governamentais administrativas, bem como órgãos reguladores fiscais, além de criar Universidades, estimular o estabelecimento de Indústrias e construir estradas. Reanimou o comércio e facilitou a entrada de capital estrangeiro, especialmente inglês, além de fortalecer a Marinha. Essas medidas, embora tenham recebido muito apoio entre a população, despertaram críticas pela forma com que foram conduzidas e geraram divergências entre os simpatizantes dos dois generais.

Quando Bolívar retornou e foi reeleito, encontrou problemas em manter a Grã-Colômbia unida. Surgiram focos de rebeliões pelo território, demonstrando a insatisfação de alguns com a forma de governar de Santander. Com os problemas financeiros na república e as insurgências que se criaram, Bolívar tomou então decisões ditatoriais, acabando com o cargo de vice-presidente e exilando Santander. As rebeliões, porém, não cessaram, até que

em 1830, ano de sua morte, Segundo Deas (2001) a Grã- Colômbia foi dissolvida, tornando-se novamente outros três estados: Venezuela, Nova Granada e Equador.

A partir disso, Santander foi convidado a retornar à Colômbia para assumir o cargo de presidente. Através da aprovação de uma nova constituição pelo congresso a república foi restaurada, nascendo então a República de Nova Granada.

As guerras que o governo patrocinou, tanto financeiramente quanto com soldados, acabou prejudicando os incentivos para o desenvolvimento econômico, político e social do país. As primeiras fábricas só chegaram a Bogotá depois de 1833, com Santander, porém poucas obtiveram sucesso devido a forma como foram implementadas. Algumas medidas conservadoras foram mantidas, principalmente com relação às medidas fiscais. Também houve grandes incentivos no setor da educação pública.

No entanto, a situação mais preocupante eram as reações dos simpatizantes de Símon Bolívar contra o governo. Com a eleição de José Inácio de Márquez em 1837, as tensões aumentaram, desencadeando a primeira guerra civil da Colômbia, chamada Guerra de Los Supremos (1839-1841). Esse conflito teve início com uma lei aprovada pelo governo que extinguiu os conventos com menos de oito clérigos. Devido a isto, religiosos da cidade de Pasto, sul do território novo grandinho, rebelaram-se juntamente com parte da população, segundo LaRosa (2013) eles não aceitavam a interferência do governo central, nos assuntos locais. Os opositores de Marquéz encontraram ali uma oportunidade de enfrentar o governo de forma mais incisiva e se associaram aos rebeldes. A batalha entre o governo e revoltosos perdurou por dois anos, o que foi suficiente para empobrecer e devastar o território nacional.

Em 1842, após a vitória do governo sobre os rebeldes uma nova constituição foi outorgada, afirmando a centralidade do Estado e fortalecendo os poderes do presidente. Nesse período começaram a se formar as correntes de pensamento político que vieram a dar origem aos partidos conservador e liberal colombiano, marcos do sistema bipartidário da história colombiana (URIBE, 1991). Em 1848, Ezequiel Rojas fundou o partido Liberal, e em 1849

Mariano Ospina Rodríguez e José Eusebio Caro instituíram o partido Conservador.

3.2 Do bipartidarismo aos conflitos no campo

Segundo Hylton (2010) inicialmente ambos os partidos se diferenciavam por divisão de classes: os liberais eram formados predominantemente pelos latifundiários e clérigos, enquanto os conservadores eram aqueles ligados à elite colonial. Efetivamente, as classes representadas por ambos pouco se diferenciavam, assim como suas convicções políticas. Em relação aos ideais, as poucas diferenças eram com relação ao papel que a religião desempenhava, uma vez que os liberais defendiam a separação da Igreja e Estado, além da liberdade de culto. Já os conservados pregavam a afirmação do catolicismo como religião oficial, tendo a Igreja Católica como forte aliada. Em um sentido mais amplo, os liberais buscavam uma modernização sem alterações significativas no status quo, enquanto os conservadores lutavam por manter o status sem nenhuma alteração.

As medidas políticas que os presidentes tomavam a fim de fortalecer a república reverberaram diretamente na população de Nova Granada, tanto as de carácter conservador quanto as mais liberais. As estruturas sociais que foram formadas durante todo o período histórico colombiano deveriam se juntar aos seus iguais para exigir seus direitos e lutar por seus ideais, porém isso não ocorreu na Colômbia.

Para Gómez (1990), houve uma desagregação, desorganização, desarticulação do social, uma vez que os partidos chegaram para as comunidades antes do próprio Estado colombiano, gerando o que ele denominou de “politizaciónpre-social”. Portanto, mediante essa privação de uma população consciente, não existia uma idealização de nação colombiana “senão com a condição de membro exclusivo de um dos dois partidos políticos” (HYLTON, 2010, p.46). Isso acabou por criar um distanciamento maior entre as classes sociais em uma sociedade que já era rigorosamente estratificada, dividida em duas culturas políticas que constituíram a base da nação colombiana.

A partir de 1850, com a formação dos partidos políticos, Nova Granada passou a respirar uma atmosfera de mudanças na política do país. Com a eleição de José Hilario Lopez (1849-1853), teve início um período em que o liberalismo prevaleceu. Foram realizadas reformas na constituição, a escravidão foi abolida (1852), a Igreja foi separada do Estado, ocasionando na saída dos jesuítas do país, houve um pico de desenvolvimento nas principais cidades (Bogotá, Medellín, Barranquilla e Cali), além do fortalecimento de uma incipiente classe trabalhadora e comerciante, gerando novos líderes políticos sociais (LaRosa, 2013).

As últimas décadas do século XIX foram marcadas pelo surgimento de uma intensa atividade cultural, intelectual e avanços nos serviços de atendimento da população em geral. No entanto, os conflitos entre as ideias liberais e conservadoras criaram um ambiente de hostilidade entre as províncias e os vários governos centrais eleitos ou impostos pela força (golpes), levando a confrontos armados e constantes rebeliões populares que culminam em guerras civis e extrema violência contra a população rural e vulnerável em todo o território (MEJÍA, 1995).

A nova constituição aprovada em 1886 tornou o sistema de governo rigidamente centralista e autoritário, desagradou uma parte considerável das elites, provocando uma divisão no partido liberal e até mesmo no próprio partido conservador que presidia o governo. A situação encaminhou-se para um conflito sem precedentes em termos de perdas de vidas e prejuízos econômicos na história da Colômbia. Entre 1899 e 1903, explodiu a chamada Guerra dos Mil dias, que vitimou mais de 100 mil pessoas (2,5% da população do país), destruiu a economia e ainda resultou na separação do território do Panamá (TRUMMAN, 2018). Os camponeses sofreram com os problemas impostos pela guerra: cobrança de taxas, confisco de gado, dificuldade para escoar as produções, recrutamento obrigatório, confisco das próprias terras ou a fuga forçada, fatores que provocaram um forte processo de concentração de terras.

A guerra civil foi a conclusão de históricos conflitos após a independência do país e a divisão da classe dominante em partidos (liberal e conservador), manipulando a maioria dos camponeses a lutar entre si, por ideais que não os representavam. Com poucas diferenças de interesses entre

si, conservadores e liberais se tornam os detentores dos poderes e ditam as regras que devem ser seguida a risca, apesar das distinções entre os dois partidos dominantes, fica evidente que isso fica apenas no discurso, o que não impede a união dos mesmos quando se trata de manter o domínio sobre a maioria da população.

Com o fim da Guerra dos Mil dias, o Partido Conservador tornou-se hegemônico durante as três décadas seguintes, consolidando uma aproximação com os EUA e enfraquecendo as relações com a Europa: “El norte de nuestra política exterior debe estar allá, enesa poderosa nación, que más que ningunaotraejerceatracciónrespecto de lospueblos de América” (TOKALTLIAN, 2000, p. 36). Em 1904, com a posse de Rafael Reyes e o apoio de alas do Partido Liberal, o Partido Conservador implantou uma verdadeira ditadura, a despeito de intensas movimentações eleitorais.

Durante as décadas seguintes houve um crescimento dos movimentos trabalhistas na Colômbia, observando-se o surgimento da primeira grande greve em 1928, que leva 25.000 funcionários da empresa United FruitsCompany³ a parar e reivindicar, segundo Agudelo (2011), o fim da obrigação de comprar nos armazéns da empresa, e dos pagamentos em vales. A reivindicação mais importante era a de garantir um contrato coletivo de trabalho entre a empresa e seus trabalhadores

O governo respondeu de forma violenta enviando o exército, que por sua vez massacrou os grevistas em episódio que ficou conhecido por “Massacre das bananeiras”⁴. Esse acontecimento é relatado por Jorge EliécerGaitán, o qual tornou-se uma importante figura política na luta camponesa.

Até 1930 e com a eleição de oito presidentes, o Partido Conservador se manteve no poder estreitando uma política bilateral com os EUA, inclusive economicamente. O café e a banana se tornaram os principais produtos exportados pelo país, responsáveis pela manutenção do poder nas mãos dos grandes latifundiários e perpetuação do descaso com os camponeses.

³ United FruitsCompany empresa norte americana

⁴ O Massacre das bananeiras foi citado na obra “Cem anos de solidão”, de Gabriel Garcia Márquez

Com a eleição de Enrique Olaya Herrera, em agosto de 1930, teve fim o período hegemônico dos conservadores. Olaya não foi eleito como candidato do Partido Liberal, e sim por um movimento político que continha dissidentes dos dois partidos. Desenvolveu uma política de incentivo às indústrias nacionais e permitiu a legalização dos sindicatos, dando origem a Confederación de Trabajadores de Colombia (CTC). Porém sucumbiu ao imperialismo econômico norte americano, assim como seus antecessores conservadores. Um exemplo disso foi a assinatura do contrato Chaux-Folsom (aprovado, em 1931, pelo Congresso) que entregou a exploração dos hidrocarbonetos de Catatumbo aos EUA (SALDANHA, 2015).

O liberal Alfonso Pumarejo, que governou entre os anos de 1936 e 1938, defendeu três propostas fundamentais: reforma agrária, reforma educacional e reforma política. Influenciadas por sua formação inglesa, tais propostas fizeram-no popular entre os camponeses e inimigo dos grandes proprietários, agravando o conflito pela posse de terra. Em 1938, quando Eduardo Santos assumiu a presidência, impediu a viabilização das propostas de mudanças, principalmente a reforma agrária, aprofundando as desigualdades no campo.

Em 1942, Alfonso Pumarejo foi reeleito, apoiado por setores mais progressistas e por setores que defendiam suas propostas reformistas. Após tomar posse, renegou seus antigos ideais, prolongando por mais 10 anos a lei de distribuição de terras, o que provocou violentos confrontos entre camponeses e latifundiários (SALDANHA, 2015). Ao renunciar seu cargo em 1945, entregou o país nas mãos do também liberal (muito próximo aos conservadores), Alberto Llerera. Último presidente da ala liberal, este já representava a grande burguesia financeira, distanciada da burguesia colombiana (OCAMPO, 1980).

Os conflitos no campo são heranças da formação do Estado colombiano. Desde a colonização feita pelos espanhóis, a divisão de terras estimulou a produção agrícola de exportação, ou seja, sempre houve um favorecimento aos latifundiários, o que resultou na concentração de grandes extensões de terras produtivas nas mãos de poucas pessoas, formando uma elite agrícola em detrimento das parcelas mais pobres da população: colonos e indígenas relegados a propriedades de baixa produção e carentes de infraestrutura.

Essa arbitrariedade na divisão da terra contribuiu para a construção de grandes injustiças sociais, que tiveram como resultado um clima de revolta latente e permanente entre os despossuídos. Massacres contra os camponeses na luta pela terra foram cometidos por fazendeiros que organizaram as primeiras milícias armadas (grupos paramilitares), atingindo também a população indígena e suas instituições. Com o recrudescimento da violência no campo e nas cidades, a resposta dos trabalhadores através de sindicatos e associações tornou-se mais política.

Os nativos vivenciaram diversas perdas com a colonização espanhola, tanto em termos de cultura, território e até a própria população. O número de etnias que existiam no território foi reduzido drasticamente, restando, nos dias de hoje segundo a ONIC⁵, apenas 107 etnias por toda Colômbia

Cuando se mira el proceso vivido por los indígenas, sus esfuerzos por mantener su organización social y su cultura y ocupar un lugar en la vida y en los destinos de la nación, encuentra uno que hay tres ejes que articulan y dan sentido al proceso de resistencia de los pueblos: primero, la defensa de la tierra y del régimen comunal; segundo, la defensa del derecho a gobernarse por sus propias autoridades y bajo sus propias normas de vida; y, tercero, el derecho a mantener y ejercer sus propias manifestaciones culturales. «Tierra, autonomía y cultura» será la consigna que sintetice las movilizaciones indígenas contra los regímenes hegemónicos, desde la Colonia y la República en sus diferentes momentos hasta el presente. (GUTIÉRREZ; ECHEVERRI, 2010, p. 15).

A divisão territorial colombiana representou fator determinante para o desenvolvimento econômico das regiões do país. Por exemplo, as áreas próximas à foz do Rio Magdalena e perto dos portos de Cartagena e Barranquilla tiveram um intenso desenvolvimento nos plantios, enquanto a região de Antioquia (noroeste), durante o período da colonização, foi explorada como uma área de mineração. No século XIX, tornou-se um centro urbano bem desenvolvido devido ao café. A região mais desenvolvida e habitada era a central, onde hoje está situada a capital Bogotá.

Do ponto de vista histórico e agrícola, a Colômbia divide-se em três zonas principais: a faixa costeira do Pacífico e do Caribe, a faixa central das montanhas das bacias dos rios Cauca e Magdalena, e o complexo de planície oriental e selva que desemboca nos vales do

⁵ Organização Nacional dos Indígenas da Colômbia é uma autoridade de governo, justiça, legislação e representação dos povos indígenas da Colômbia. Em sua estrutura, existem as seguintes instâncias: Congresso Nacional, Assembleia de Autoridades e Parlamento Indígena.

Orinoco e do Amazonas. Dessas, a zona central sempre foi a mais importante. O rio Magdalena foi, do ponto de vista histórico, o eixo principal da Colômbia na colônia e na república. (HOBBSAWN, 2017, p.228).

Quanto ao uso dessas terras, durante o período colonial, a produção era praticamente de subsistência. A partir do século XIX aconteceram mudanças nos métodos de produção agrícola, como o desenvolvimento intenso da monocultura para exportação do café e mais tarde da banana.

A necessidade de novas terras para a aumentar a produção cafeeira, estimulou os camponeses a deixarem as regiões das terras altas, pouco produtivas e buscarem terras mais férteis. Os poderosos também se dirigiram para essas regiões produtoras, intensificando a concentração de terras nas mãos de poucos, agravando assim, os conflitos agrários. Segundo Charles Bergquist, os conflitos podem ser em parte, vinculados ao modelo econômico de exportação, pois, as elites não chegavam a um consenso sobre como deveria ocorrer o desenvolvimento econômico e a inserção da Colômbia no mercado internacional.

Um marco para a população rural foi a Lei 200, promulgada em 1936 durante o governo de Pulmarejo, a qual previa em seu texto o reconhecimento ao direito à propriedade e o dever de explorá-la (função social). Indenizaram-se os proprietários dos latifúndios improdutivos, mas mesmo assim a medida desagradou parte significativa dos grandes produtores, que se organizaram na Asociación Económica Nacional (APEN), uma entidade que fez intensa campanha contra a lei, até conseguir barrá-la por completo no governo seguinte.

A frustração gerada pela falta de mudanças nas leis agrárias e o agravamento da situação de vida da população rural (camponeses e indígenas), tornou-se campo fértil para a propaganda socialista difundida por intelectuais representantes de partidos de esquerda, e uma radicalização de todas as partes envolvidas na disputa pela posse da terra e de direitos fundamentais para uma vida digna.

As primeiras grandes mobilizações realizadas no campo foram a fim de acabar com essa apropriação indevida do espaço por grandes produtores, que expulsavam os pequenos camponeses e índios de suas propriedades. Por conta das revoltas em relação às leis aprovadas sobre a posse das terras,

camponeses organizados através da Federação Camponesa e Indígena (1942), juntamente com apoio de outros sindicatos e da UNIR⁶, estabeleceram um novo tipo de resistência.

⁶ A UNIR foi um grupo dissidente do Partido Liberal, liderado por Jorge Eliécier Gaitán.

4. O SURGIMENTO DAS FARC

As FARC são um grupo de força armada resultante do processo de recrudescimento da luta camponesa e indígena, como resposta à política de opressão e histórica falta de compromissos dos governantes colombianos com a maioria da população rural, desde os tempos da colonização espanhola.

Segundo Pécault, na ausência de uma atuação reguladora do Estado, as relações sociais se deram pela violência. Os movimentos de contestação em parte tornam-se grupos armados como algo inerente a essa violência atrelada a história da população colombiana.

Neste contexto o surgimento das FARC ocorreu quando as populações rurais se organizaram em forças de autodefesa, com o intuito de se proteger contra o massacre de grupos ligados ao Estado. A ideologia comunista chegara aos grupos através de intelectuais dos vários partidos que pregavam os pensamentos de Karl Marx e Friedrich Engels, identificando-se em parte com as reivindicações populares.

As FARC se auto intitulam como um movimento revolucionário de caráter político-militar, que segue as filosofias marxista-leninista e bolivariana. Criada como um braço armado do PCC, a guerrilha seguia os ensinamentos pregados pelo PCUS, e manteve uma relação de trocas de ideias e de experiências entre os combatentes dos dois países, até o fim da URSS em 1991 (PÉCAULT, 2008).

O cenário internacional em que o surgimento das FARC se enquadra é o do fim da 2ª Guerra Mundial e início da Guerra Fria, onde acontecimentos importantes ocorrem como a Revolução Cubana, a ruptura sino-soviética e o lançamento da Doutrina de Segurança Internacional. Eventos esses, que vão influenciar a configuração do Estado colombiano e a escolha do uso da violência como uma política de resolução dos conflitos internos.

Em 1948, o assassinato do líder liberal Gaitán desencadeou uma onda de crimes sem precedentes, o chamado “El Bogotazo”, que deixou vestígios para a história e principalmente para a população colombiana que perduram até os dias de hoje. Esse período gerou diversos grupos, entre eles os chamados “vermelhos” (liberais) e azuis (conservadores) e até um chamado de

“Guerrilha Liberal”, mais tarde dividido em “Liberais Limpos” e “Liberais Comuns”, este último de ideais marxistas.

Portanto, para que possamos entender a formação das FARC é necessário compreender a luta camponesa e a violência do Estado contra a população. O recorte temporal escolhido para análise abrange os anos de 1948 a 1974, ou seja, o período que consistiu os antecedentes, a formação e estruturação das FARC (1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Conferência) até os acontecimentos que as levaram a repensar o movimento.

4.1 Do Bogotazo ao ataque a Marquetalia (1948-1964)

Como descrito no capítulo três, a Colômbia viveu sob um regime bipartidário, onde liberais e conservadores se revezaram na presidência do país, impondo seus ideais, conquistando adeptos e adversários. Dentro desse sistema político sem perspectivas e que representou senão parcela das elites do país, surgiram grupos em busca de alternativas para amenizar a desigualdade, e em alguns casos defender a transformação radical da situação de extrema fragilidade econômica e de direitos sociais, como por exemplo, os sindicatos, e outros partidos políticos, como o PCC, criado em 1930.

Nesse cenário de agitações políticas, o candidato liberal Jorge Gaitán, identificado com as reivindicações mais populares, foi assassinado em 9 de abril de 1948. Sua morte desencadeou uma enorme comoção e suscitou uma onda de violência conhecida por “Bogotazo”, onde apoiadores de Gaitán se rebelaram contra o governo conservador de Mariano Ospina Perez. Este, por sua vez, reprimiu os levantes com violência extrema. O resultado das ações de ambas as partes foi uma convulsão social por todo o território nacional, ampliando o campo de ação, resultando no acontecimento que entrou para a história como “La Violencia” (1948-1953).

Cuando mataron a Gaitán... la primera reacción de la gente fue que todos los reservistas liberales se fueran a los pueblos pequeños, a las cabeceras de los municipios y se convirtieran en autoridades. Hubo muchos pueblos del Tolima, especialmente en el sur, que estuvieron por cuenta de los reservistas durante muchos días...de pronto los jefes liberales dieron la orden de que todo quedara en calma y

entonces la gente volvió a sus casas. Pero la situación era distinta. Había zozobra y desconfianza...de pronto los jóvenes desaparecieron, supieron que se estaba organizando la guerrilla liberal y se fueron para allá” (GALLEGO, 2010, p.48).

Durante os cinco que seguiram a morte de Gaitán, os levantes oriundos dos centros urbanos se deslocaram para os campos, criando “grupos armados” que representavam todos os envolvidos. Nesse contexto surgiram as chamadas áreas de autodefesa, comunidades inspiradas no modelo dos camponeses e indígenas que se organizaram para resistir às tentativas de invasão de suas terras nos anos 1930, como as cidades Viotá e Sumapaz, no distrito de Cundinamarca e Chaparral ao sul de Tolima. O PCC estabeleceu esse padrão como forma de organizar as suas áreas de influência,

Contra la ola de violencia falangista y el terrorismo oficial, el PC recomienda abiertamente la organización de la autodefensa popular. Hay que organizar, de inmediato, en todas partes comités, comandos y brigadas para la defensa de la vida y de las libertades ciudadanas, en los barrios, fábricas, transportes, minas, haciendas, ingenios, veredas, para que las masas obreras y campesinas estén en capacidad de dar una respuesta efectiva y contundente a los agresores reaccionarios, a fin de que se defiendan por todos los medios cuando sean atacadas.(MEDINA,1989, p.26).

Segundo Hobsbawn (2017) guerrilhas comandadas pelos comunistas a partir de 1950 chegaram a constituir 10-15% do total, sendo as principais localizadas nos distritos de Cauca, Cundinamarca, Huila, e principalmente em Tolima.

Mapa II - Mapa do avanço da Guerrilhas Comunistas no território colombiano



Fonte: LEONGÓMEZ, E. P. LAS FARC (1949 -1966) De la autodefensa a la combinación de todas las formas de lucha, 1991.

O governo colombiano tentou diversas vezes controlar esses conflitos, utilizando-se também de grupos armados. Em 1953, o General Gustavo Rojas Pinilla, por meio de um golpe militar, assumiu a presidência. Com o propósito de acabar com a guerra civil, seu governo sugeriu aos guerrilheiros que entregassem suas armas em troca de anistia, ao mesmo tempo cessando todas as operações militares. Os grupos em sua maioria decidiram aceitar o acordo e entregar as suas armas. Porém as guerrilhas comunistas, ainda desconfiadas, optaram por não ceder ao governo.

Em 1958, uma coalizão entre os Partidos Liberal e Conservador que ficou conhecida por Frente Nacional, englobou todas as forças que de alguma forma tinham o compromisso com os grandes capitalistas colombianos e eram atrelados ao capital estrangeiro (EUA) e sua política de contenção do comunismo pela América do Sul. Nesse período, o mundo vivia o auge da chamada Guerra Fria.

A luta sangrenta entre os muitos grupos em ação encerrou o pós-colonialismo e introduziu a Colômbia na nova configuração política mundial. Machado (2004) afirma que “o pós-colonialismo é cúmplice das formas de hegemonia do capitalismo atual, justamente por mistificar uma situação que não é o fim das relações de poder, mas sim sua reconfiguração” (MACHADO, 2004, p. 29).

Acordos foram celebrados entre inimigos históricos em nome de uma paz vantajosa para ambos, representantes de um Estado que tentavam salvar. Foi eleito o liberal Alberto Lleras Camargo como presidente. O fim da guerra civil mais sangrenta da história colombiana, porém, não eliminou as tensões sociais e políticas que foram seu estopim. Ao contrário, essas tensões se agravaram com o resultado da guerra. Não houve vencedores. Todos perderam. O número de mortos oscilou entre duzentos mil (CAMPOS, BORDA, LUNA, 2005; GUILLÉN, 2006, p.40), a trezentos mil (KALMANOVITZ, 2001), que afirma “Si los muertos producidos por la violencia se calculan entre 200 y 300.000, los emigrados durante la confrontación deben alcanzar 3 o 4 veces esos montos”.

Durante todo esse processo de tentativa de acabar com os conflitos entre governo e grupos armados, as resistências comunistas cresceram ao sul do território. Entre 1953 e 1957 Jacobo Prías Alape e Manuel Marulanda Vélez marcharam pela região da cordilheira oriental, organizando e fortalecendo novas regiões de autodefesas camponesas, entre elas Ríochiquito e Marquetalia.

Com a promessa de paz, apresentada pelo governo, os grupos guerrilheiros diminuíram suas atividades, mas não se extinguiu o sentimento de luta. A trégua dura pouco. Receoso pela vitória da Revolução Cubana (1959), que poderia inspirar as guerrilhas colombianas a retomarem a luta armada, como de fato ocorreu, o governo lançou a política de “Segurança Nacional”, onde o exército passou a combater o “inimigo interno”. Sendo assim, agressões às regiões consideradas “repúblicas independentes” e a ação dos bandoleiros contratados pelos latifundiários e governantes locais tornaram-se constantes a partir de 1960. Nesse mesmo ano, na cidade de Gaitana, o líder comunista Jacobo Prías Alape foi assassinado, aumentando a revolta entre os grupos envolvidos no conflito, respaldados pela crescente presença dos membros do PCC.

No ano seguinte, 1961, o presidente norte americano John F. Kennedy lançou o programa “Aliança para o Progresso”, que visava ajuda estadunidense aos países latino americanos para a criação de um plano de desenvolvimento nacional. Mas a verdadeira intenção do governo americano era conter o avanço soviético na América Latina, uma vez que Cuba havia realizado uma revolução

de caráter socialista, em 1959. Implementado mudanças de caráter social, os ânimos da população poderiam ser acalmados.

La coyuntura internacional de los años 60 hace aún más apremiante el reformismo agrario. Tanto la administración Kennedy como las clases dominantes nacionales, comprenden que la revolución cubana muestra con claridad que los problemas del campesinado y los que acarrea la dominación imperialista pueden ser resueltos con la instauración del socialismo. Los planes de ayuda norteamericanos adquieren un cariz reformista y la Alianza para el Progreso emerge como alternativa de la vía cubana que de todas maneras ha electrizado al continente, sobre todo a la juventud, y lo seguirá haciendo en los años que siguen. (KALMANOVITZ, 1995, p.25)

Com a intenção de amenizar o clima político e social no campo, o governo colombiano e seus aliados internos então projetaram a necessidade de uma Reforma Agrária. Além de assegurar a continuidade do lucro capitalista, garantir-se-ia a paz social e um crescimento baseado na exploração agrícola de pequenas propriedades, atendendo uma parcela das reivindicações camponesas.

Em 1960, o governo colocou em prática essas ideias, criando o INCORA, que deveria se encarregar da redistribuição das terras produtivas para a população rural desprovida. No entanto, suas ações não alteraram o modelo agrário existente na Colômbia, visto que os grandes latifundiários não foram seriamente afetados em seus interesses.

O Instituto sofreu uma forte oposição dos grandes proprietários, que através de ações políticas do Partido Conservador conseguiram vetar suas atividades até 1966, quando foi reativado, juntamente com a criação da ANUC, instituída com o objetivo de ser um elo entre as reivindicações dos camponeses e o Estado, enquanto órgão administrador e responsável pelo território nacional.

Com o apoio dos EUA os ataques militares às chamadas “repúblicas independentes” avançaram. O maior deles foi realizado contra as forças camponesas e comunistas em 27 de maio de 1964, conhecida por Operação Marquetália. O governo colombiano pôs em prática o plano LASO⁷ elaborado pelos norte-americanos, atacaram a autodefesa formada pelos guerrilheiros e civis na cidade de Marquetalia. A comunidade ali estabelecida representava

⁷ LASO – Latin American Security Operation, plano militar elaborado pelo pentágono com o objetivo de acabar com as autodefesas colombianas

todas as autodefesas que se dedicavam a construir uma economia rural mais justa, através do trabalho agrário e camponês, e lutar pela terra, seja contra o governo ou contra os latifundiários. Por isso o governo quis torná-la exemplo para as outras

Contra el núcleo revolucionario de Marquetalia se emplearían a fondo 16000 hombres del ejército. Fuerzas combinadas de infantería, artillería, aviación para bombardeos y aerotransporte iniciarían la agresión. Se emplearía en todo su rigor la táctica del cerco y el bloqueo. Si se producía por parte de los campesinos alguna manifestación de resistencia, serían lanzadas bacterias contra la población. (Arenas, 1972, p.8).

A resistência formada pelos guerrilheiros contava com o contingente de 46 homens e 2 mulheres, protegidos por moradores espalhados por diversos povoados da região. Apesar de encurralados por um exército de 16.000 soldados colombianos, apoiados pelo governo americano, os guerrilheiros mantiveram-se na luta. A operação - que havia sido planejada para durar três semanas - durou meses e terminou com o exército se retirando do território, em uma suposta vitória contra os rebeldes. No imaginário popular, o evento repercutiu como um ato heroico para o povo colombiano. Foi muito bem aproveitado pelo grupo armado como propaganda e acabou tornando-se um mito fundacional das FARC.

4.2 O Programa Agrário dos Guerrilheiros, o “Bloque Sur” e as Conferência (1964-1974)

Com a experiência que viveram naqueles meses resistindo aos combates contra o governo, os sobreviventes de Marquetalia, juntamente com outras autodefesas, decidiram que a melhor opção para aquele momento era a de se fortalecer como uma guerrilha móvel (GALLEGO, 2010). No dia 20 de julho de 1964, na cidade de Ríochiquito, realizou-se uma Assembleia para lançar o Programa Agrário dos Guerrilheiros. O movimento recebeu o nome de “Bloque Sur”⁸, representando sua reestruturação:

⁸ “Bloque Sur” é o nome do movimento que em 1966 se torna as FARC

Desde el punto de vista militar la *Conferencia* del Bloque Sur es el momento de quiebre que señala la extensión de la lucha guerrillera, allí los conceptos se cambian por completo, se precisa lo que sería la lucha irregular en su movilidad total de pequeños y grandes grupos armados, se nombra el Estado Mayor del Bloque Sur, se elabora el plan de acciones y se definen los programas de educación y propaganda. Es el paso de una estrategia de autodefensas campesinas a guerrillas móviles (GALLEGO, 2010, p.65).

O Programa Agrário dos Guerrilheiros foi um manifesto onde líderes das autodefesas em Huila, Cauca, Tolima e outros distritos ao sul do território, apresentaram a toda população colombiana (homens, mulheres, intelectuais, estudantes, camponeses) o existente movimento camponês de resistência que surgiu no conturbado ano de 1948, diante de ações criminosas por parte de uma elite oligárquica. Programa que buscou defender uma luta de classes anti-oligárquica, anti-governo, anticlerical e anti imperialista (GALLEGO,2010), a partir de sete pontos principais⁹.

Pontos estes, que deixam claro a oposição a reforma agrária proposta pelo governo, a que o movimento propunha deveria ser acompanhada por uma ampla reforma social, afim de diminuir as injustiças sociais, criando condições para erradicar o analfabetismo e garantir condições mínimas aos camponeses após a reforma realizada. A defesa intransigente de títulos de propriedade por parte dos campesinos, confisco dos latifúndios, um amplo sistema de crédito, e a criação de cooperativas serviriam como apoio para a promoção do desenvolvimento agrário e industrial do país. Além da proteção as terras ancestrais de comunidades indígenas, garantindo seus direitos de manter a cultura e seus modos de vida.

Na questão política, explicita a formação de um Governo Revolucionário que colocasse todas essas medidas em prática e garantisse sua manutenção, com o apoio do campo e da cidade, ideias presentes e defendidas por todos os partidos comunistas, embora a autodefinição como tal se dará de forma mais incisiva na segunda conferência.

A crítica ao apoio e alinhamento a política dos EUA, por parte do governo colombiano, era um claro indício que o movimento tinha tomado os rumos defendidos pelo PCC e outros agrupamentos de tendências comunistas. Para Gallego, o documento foi redigido em contexto político onde o exercício

⁹ Ver o documento em ARENAS, J. Diario de laresistencia de Marquetalia. disponível em <https://www.farc-ep.co/pdf/Diario_Marquetalia.pdf> acessado em 24/05/18.

do poder excluía os movimentos sociais, deixando a mostra a restrição produzida pela política dos partidos tradicionais, que não abre espaço para nenhuma oposição e nenhum tipo de manifestação democrática.

Com a divulgação deste manifesto, os guerrilheiros acreditavam ter dado um grande passo em direção à construção de um movimento mais amplo, que abrangeria toda a população contra o governo, percebido como aliado à grande potência imperialista.

Por eso invitamos a todos los campesinos, a todos los obreros, a todos los empleados, a todos los estudiantes, a todos los artesanos, a los pequeños industriales, a la burguesía nacional que esté dispuesta a combatir contra el imperialismo, a los intelectuales demócratas y revolucionarios, a todos los partidos políticos de izquierda o de centro que quieran un cambio en sentido del progreso, a la gran lucha revolucionaria y patriótica por una Colombia para los colombianos, por el triunfo de la revolución, por un gobierno democrático de liberación nacional. (Programa Agrario de los Guerrilleros, 1964)

Essa reunião foi considerada a Primeira Conferência do movimento. Como um grupo guerrilheiro em atividade, em 1965 foi atacado pelo exército na região camponesa de Ríochiquito, fato que levou à convocação de nova Conferência em 1966.

A segunda conferência do Bloco Sul aconteceu ao fim do ano de 1966, na região de Duda, e ficou conhecida por Conferência Construtiva das FARC. Ali foram discutidos pela primeira vez os regulamentos internos do movimento, ou seja, regras de comando e regime disciplinar, além de um novo plano militar nacional, mais ambicioso com relação à organização, propaganda, educação guerrilheira e finanças:

Dijimos por primera vez que el Movimiento Guerrillero FARC, despegaba a una lucha prolongada para la toma del poder en unión con la Clase Obrera y todo el pueblo trabajador. Allí se destacó la importancia vital de la organización política como el factor consciente y rector del proceso revolucionario colombiano y que en ese sentido las FARC pondrían todo lo que de ellas dependiera en cumplimiento de aquella gran misión (ARENAS, p.36, 2006)

A partir da formulação do plano estratégico de poder, o movimento começou a ser modificado. Foram definidas novas formas de luta, principalmente pela escolha de uma guerrilha móvel, tentando se deslocar pelo território com a máxima flexibilidade possível. Foi estruturado um projeto de luta baseado no ideal de uma luta revolucionária, comunista e anti-imperialista.

A segunda conferência determinou a instituição de seis núcleos de guerrilhas, que deveriam se espalhar por regiões diferentes do país, mantendo-se em contato permanente, com a liderança dos principais comandantes fundadores: Rogelio Díaz, Carmelo López, José de Jesús Rivas, Manuel Marulanda Vélez e Jacobo Arenas (líderes do principal núcleo), Ciro Trujillo e Rigoberto Lozada.

Como en la época de la autodefensa comunista, la guerrilla se insertó en aquellos procesos de expansión de la frontera agrícola, protagonizados por los desplazados de la violencia o por los pobres del campo, buscando en zonas marginales sustituir al Estado, imponer un orden, y derivar su poder de la organización campesina y la denuncia de la ausencia estatal. Se expande en zonas como Caquetá, Meta, Huila, Magdalena Medio y Urabá, pretendiendo la coexistencia con diversos sectores sociales y desarrollando su doble papel de agentes del orden de la colonización y de activistas armados que pregonaban el futuro socialista de la mano del Partido Comunista. (PEÑA, 2010 p. 18)

Agora institucionalmente comunista, a organização guerrilheira adotou a tática de guerrilhas baseando-se nos preceitos de Che Guevara e Mao Tsé Tung. Foram criadas comissões para tratar de politizar novos membros, cuidar das finanças, tratar com a população e desenvolver atividades básicas do dia a dia para manter a ordem.

Esse começo foi muito duro, segundo seus próprios fundadores. O exército colombiano causou expressiva quantidade de baixas no já pequeno contingente de guerrilheiros. A pressão dos militares sufocou durante algum tempo as FARC, tornando duvidosa sua própria existência, uma vez que o movimento não conseguia receber qualquer tipo de ajuda material ou financeira de seus poucos aliados.

Fueron años muy duros porque estábamos experimentado una nueva modalidad operativa del enemigo y a la vez una nueva táctica nuestra. Además no teníamos con qué financiar el nuevo movimiento armado...nos financiábamos...con las ayudas de los campesinos, de los comerciantes y de hasta algunos latifundistas y terratenientes amigos de nuestro movimiento y de nuestra causa, pero era tanto el hostigamiento del ejercito que no nos dejaba siquiera la oportunidad de recibir esas ayudas (ARANGO, 1984, p.94)

O ataque dos militares colombianos sobre a região de Quindio, colocou novamente o movimento em risco de sobrevivência, uma vez que o líder de um dos núcleos, Ciro Trujillo, convocou para essa região quase a totalidade das

FARC, escapando apenas os destacamentos de Marulanda e de Rigoberto Lozada “Joselo”. Nesse combate, as FARC perderam cerca de 70% de seu contingente armado e a mesma porcentagem em armas.

Em 1968, na região de Guaybero, os remanescentes das FARC se reuniram na Terceira Conferência, para tentar a reestruturação do que havia sobrado após o revés de Quindío.

Uma autocrítica foi realizada pela organização, discutindo as dificuldades dos líderes e dos guerrilheiros das frentes de atuação para manter o que foi acordado nas conferências anteriores. Tentando sanar essas debilidades, foi criada a Escola Nacional de Formação Ideológica para o estudo da Guerra Preventiva e da Guerra do Povo, que tinha por objetivo final o de melhorar a formação política dos seus membros, principalmente na consistência da doutrina comunista de suas tropas. Enfim, uma formação que unisse a teoria marxista com a prática militar, incluindo cursos de guerrilhas baseados nas táticas cubanas vitoriosas na sua revolução socialista.

A conferência determinou uma nova frente de atuação (4ª frente) na área do Rio Magdalena, abrangendo o norte da região de Cundinamarca. Organizaram-se “redes secretas” para manter relações com as cidades, garantindo o abastecimento de munições e outros equipamentos necessários.

Se a influência das FARC aumentou, foi principalmente porque elas acompanharam os fluxos constantes de colonização de zonas ainda pouco povoadas, como Caquetá ao sul, Meta a oeste e o vale do Médio Magdalena. O fenômeno pode decorrer daquilo que foi chamado de “colonização armada”, quando a guerrilha se desloca com os colonos. (PECÁULT, 2010, p.32)

A quarta conferência ocorreu em 1970, na região de El Pato, reafirmando o movimento como um exército guerrilheiro e popular, capaz de enfrentar as forças oficiais, sem correr o risco de grandes perdas. Foi reajustado o comando da guerrilha, novos líderes foram nomeados e novas frentes de batalha criadas. Além disso, foi colocado em pauta a necessidade de estreitar as relações com os movimentos sociais, principalmente na crítica às relações econômicas com os EUA, responsável por gerar uma dependência que levou a um aumento da dívida externa com os norte-americanos. Este aspecto, em especial, poderia ser aproveitado como um canal de insatisfação contra o governo colombiano e de apoio às FARC, reforçando assim a ideia

das frentes de atuação, que serviam como apoio para a expansão do movimento em novos territórios.

Em 1974, já na quinta conferência, observou-se que o movimento vinha crescendo, ou seja, as frentes de atuação estavam funcionando satisfatoriamente e o contingente das FARC estava próximo ao do que foi na segunda conferência

Se requirió de mucho tiempo, mucho trabajo, de poner mucho cerebro en esa reconstrucción, porque se había perdido el 70% de la fuerza humana y el 70% del armamento. Se había recuperado armamento y estábamos de nuevo con la iniciativa en nuestras manos.... volvíamos a la misma situación que tuvimos en el momento de la Conferencia Constitutiva... (GALLEGO, 2010, p.96)

As melhores condições observadas se davam ao fato de toda a experiência adquirida pelas FARC, o novo modo de operação das frentes de atuação, juntamente com a mobilização política da guerrilha. O movimento atingiu novos territórios dentro da Colômbia, novos combatentes e armamento.

Os principais pontos discutidos nessa conferência foram a criação de um comando nacional para administrar as frentes e um novo plano financeiro que sustentasse essa nova etapa do grupo. Como consequências dessas medidas, foram criadas três novas frentes (Antioquia, Valle del Cauca e Cauca) e prevista a ampliação das forças rebeldes até a consolidação de um exército revolucionário.

Toda persona que se sienta revolucionaria o simpatizante de la revolución, debe buscar la forma de participar activamente al desarrollo del movimiento, contribuyendo con lo que pueda aportar. No es suficiente estar de acuerdo con la revolución sino hacer parte de ella. La revolución tiene para cada uno de sus luchadores un lugar a medida de sus capacidades (VÉLEZ, 1976,9. p. 343-344.)

As cinco conferências ocorridas entre os anos de 1964 e 1974 tiveram o mérito de manter vivo o ideal dos primeiros revolucionários e a consolidação do movimento como um grupo armado e revolucionário. Evidenciou a integração de vários atores não-estatais em um verdadeiro exército, que se contrapôs às forças armadas oficiais de um Estado, estabelecido e reconhecido pelo SI. Estado este que precisou recorrer aos órgãos internacionais para se legitimar, sustentando-se por meio de alianças com as potências mundiais e da

distorção do movimento, visto como uma aglomeração de terroristas a serviço do narcotráfico.

Diante do cenário apresentado, as FARC são reconhecidas como uma das principais instituições não-estatais, servindo como modelo para grupos espalhados pela América Latina, hoje denominados movimentos sociais e movimentos antissistêmicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Colômbia, como muitos países da América Latina, sofreu com a colonização espanhola, que sugou suas riquezas e massacrou a população indígena que habitava o território. Todo esse processo, estimulado pelos interesses econômicos, prejudicou a formação de um Estado coeso e independente, que pudesse de fato representar os reais interesses de seu povo. Por isso, a ação de atores não-estatais, que na prática buscava o papel daquilo que se idealizou quando os pensadores definiram as funções do Estado.

Nesse cenário, foi necessário resgatar a apresentação de conceitos fundamentais das Relações Internacionais, como o de SI, Estado e Atores não-estatais. O SI é o ambiente onde as relações entre diversos atores ocorre sem a supervisão de leis ou Estados, onde atores internacionais ditam a ordem vigente, através de trocas de interesses e conflitos entre os mesmos.

O Estado por sua vez, em uma visão realista dos estudos das Relações Internacionais, é o único ator do SI. Tem sua origem como Estado Moderno em 1648, com os tratados assinados em Westfália, onde ficou acordado que cada governante poderia escolher a religião oficial de seu Estado, assim como a igualdade entre os Estados e o princípio de soberania, marcando então o fim da Idade Média. As características principais dessas unidades políticas são as fronteiras definidas, ou seja, um território nacional, uma população que habita esse espaço e um governo organizado que exerce sua soberania sobre todo esse conjunto que forma o Estado Moderno.

Mas com as mudanças que o SI sofreu, principalmente com os resultados das duas Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945) foi necessário uma ampliação na concepção de ator e a sua representação dentro do SI. Surgiram outras teorias nas Relações Internacionais que incluíram a ação de outros atores, os chamados atores não-estatais, abrangendo as OIGs e as Forças Transnacionais. Dentro do último, destacam-se as ações dos grupos diversos da sociedade civil, como sindicatos, partidos, máfia, grupos terroristas, entre outros.

A partir disso, podemos classificar os Movimentos Sociais como atores não-estatais, uma vez que são ações desenvolvidas de forma coletiva, por

diferentes grupos de classes diversificadas e também de variados estratos sociais. Suas ações e interesses comuns acabam criando uma identidade político-cultural que vai dar uma similaridade aos movimentos, capazes de influenciar as decisões dos próprios Estados.

Também devemos considerar o conceito de movimento antissistêmico, que nasce de uma necessidade de classificar os novos tipos de movimentos que surgiram e que se aprofundaram na crítica à ausência do Estado como um ator que deveria dar respostas satisfatórias para as demandas e necessidades prioritárias do conjunto de atores que o formam. Com essa análise dos conceitos, cumpre-se o objetivo, no sentido de permitir ao leitor uma apropriação dos mesmos.

As FARC constituem um ator não-estatal atuante e de extrema importância no cenário interno da Colômbia. Todo um processo histórico de exploração e desigualdade leva a população colombiana a se organizar em grupos de autodefesa, como tentativa de frear os constantes abusos por parte da oligarquia e de seus aliados que atuavam como atores estatais. Ao se rebelar contra esse Estado, muitas vezes promotor da violência contra a própria população, o povo foi aprimorando os meios necessários para a resistência.

A história colombiana, desde sua ocupação pela coroa espanhola à reação da população indígena, assim como as relações entre os vários atores que vão se firmando nos territórios onde o país tem suas fronteiras fixadas, é uma história de luta. Grupos da sociedade civil, que se organizaram em resposta aos desmandos do Estado constituído e das classes privilegiadas por ele em sua estruturação como poder soberano, abriram caminhos para os precursores da estruturação das FARC.

O movimento resulta, portanto, de toda as mazelas do funcionamento do estado colombiano nas relações com a população do país, principalmente com as parcelas mais oprimidas de sua história: os índios, os negros e de maneira geral toda a população rural. Acrescido pela interferência dos EUA, durante a guerra fria, que se coloca do lado do Estado colombiano, omissos e muitas vezes conivente com os interesses econômicos adversos ao da maioria do povo.

O trabalho ora apresentado não tem a pretensão de dar a última palavra sobre os conceitos analisados correlativamente com a formação das FARC no cenário colombiano e muito menos do papel desempenhado por esta guerrilha no SI. Ele deve servir, antes de tudo, para uma compreensão dos conceitos e desmistificação das FARC como um grupo narcoterrorista, cuja única finalidade é obter lucro com o tráfico e aumentar o sofrimento do campesinato colombiano.

A pesquisa mostrou que a guerrilha nasceu de uma resposta à deficiência proposital do Estado. A evolução de um pequeno grupo de camponeses e militantes comunistas para uma organização que ameaça a sobrevivência do próprio Estado constitui uma forma de evidenciar que o movimento é de fato um dos representantes mais importantes dos atores não-estatais. Outra forma de esclarecer o caráter revolucionário e ideológico das FARC é a sua própria longevidade: são mais de cinquenta anos de existência comprovadamente possível pelo apoio de parte da população.

6 REFERÊNCIAS

AGUDELO, L. V. **La industria bananera y el inicio de los conflictos sociales siglo XX**. Disponível em: <www.banrepcultural.org/biblioteca-virtual/credencial-historia/numero-258/la-industria-bananera-y-el-inicio-de-los-conflictos-sociales-siglo-xx> Acessado em 25/02/18.

ARANGO, C. Z. **FARC Veinte años de Marquetalia a Uribe**. Ediciones Aurora. Bogotá, 1984.

ARENAS, J. **Diario de la resistencia de Marquetalia**. Bogotá. Ediciones Abejón Mono, 1972. Disponível em <https://www.farc-ep.co/pdf/Diario_Marquetalia.pdf> Acessado em 14/04/2018.

ARRIGHI, G. Hegemonia e movimentos anti-sistêmicos. In: Santos, T. **Os impasses da Globalização**. São Paulo. Edições Loyola, 2003.

BIANCHI, A. **O conceito de Estado em Max Weber**. In: Lua Nova, 92. São Paulo, 2014.

BRAILLARD, P. **Teorias das Relações Internacionais**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1990.

BRITTAIN, J. J. **Revolutionary Social Change in Colombia. The Origin and Direction of the FARC-EP**. Nova York: Ed. Pluto Press, 2010.

CAMPOS, G. G; BORDA, O. F; LUNA, E. U. **La Violencia en Colombia**. Ed. Bogotá Taurus. Bogotá, 2005.

Comission Internacional de Las FARC- EP. **Esbozo histórico de las FARC**. Virtual book: 2005. Disponível em: <http://www.cedema.org/uploads/esbozo_historico.pdf> Acessado em 11/04/2017.

DEAS, M. “A Venezuela, a Colômbia, o Equador. O primeiro meio século de independência.” In: BETTHEL, L. (org). **História da América Latina: Da independência até 1870**. Edusp; Imprensa Oficial do Estado; DF: Fundação Alexandre Gusmão. 2001.

DINIZ, E. **Compreendendo o fenômeno do terrorismo**. Trabalho apresentado no 3o Encontro Nacional da ABCP Associação Brasileira de Ciência Política. Niterói, 28-31 de julho de 2002. Disponível em <<https://ciberativismoeguerria.files.wordpress.com/2016/09/diniz-do-o-fenomeno-do-terrorismo.pdf>> Acessado em 03/06/2018.

ECHEVERRI, H. M; GUTIÉRREZ, E. S. **Documentos para la historia del movimiento indígena colombiano contemporáneo**. Bogotá: Ministerio de Cultura, 2011.

FAZIO, M. C. **Relações Internacionais contemporâneas e atores não estatais: O protagonismo de resistência do movimento de justiça global.** 2016. 218 f. Tese (Doutorado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2016.

FONSECA, A. **O SENTIDO DE SER GUERRILHEIRO: Uma análise antropológica do Exército de Libertação Nacional da Colômbia.** Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 436 f. 2008.

FORERO, M. J. **Historia analítica de Colombia.** Bogotá: Librería Voluntad. S.A; 1946.

FRANCO, A., De los Ríos, I. **Reforma agraria en Colombia: evolución histórica del concepto. Hacia un enfoque integral actual.** Cuad. Desarro. Rural. 8 (67): 93-119. 2011.

GALLEGO, C. **Autodefensas, Paramilitares y narcotráfico en Colombia. Origen, desarrollo y consolidación. El caso de Puerto Boyacá.** Editorial Documentos Periodísticos, Bogotá, 1990.

_____. **FARC - EP. Notas para una historia política 1958 - 2006.** Tese (Doutorado em História) - Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional del Colombia. Bogotá, 273 f. 2008. Disponível em <http://www.cedema.org/uploads/Medina_Gallego-Notas.pdf> Acessado em 10/04/2017.

GOHN, M. G. **Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos.** Edições Loyola. São Paulo, 1997.

_____. **500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor.** Rev. Mediações, Londrina, v. 5, n. 1, p.11-40, Jan/Jun, 2000.

_____. **Movimentos Sociais na contemporaneidade.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16 n. 47. 2011.

GÓMEZ, G. S. Guerra y política en la sociedad colombiana. In: **Análisis Político**, n. 11. Bogotá, 1990.

GUEVARA, Che. **Obras Completas.** Buenos Aires: Metropolitanas, 1984. v.I, II e III.

HOBBSBORN, E. **Viva la revolución. A era das utopias na América Latina.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HYLTON, F. **A Revolução Colombiana.** São Paulo: Unesp, 2007.

JOSSELIN, D; WALLACE, W. **Non-state actores in world politics.** Hampshire: Palgrave Publisher, 2001

KALMANOVITZ, S. El desarrollo histórico del campo colombiano. In: MELO, J. O. **Colombia Hoy**. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/bda/docs/CO-CA-0001.pdf>> acessado em 03/04

LAIR, E. **"El terror, recurso estratégico de los grupos armados: reflexiones en torno al conflicto colombiano"**. Análisis Político, nº 37, 1999, p. 64-76.

LAROSA, M.J; MEÍJA, G. R. **Historia concisa de Colombia (1810-2013)**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2013.

LASSO, M. **Racewar and nationcaribbean Gran Colombia, Cartagena, 1810-1832**. The American Review, V. 111, Issue 2, p 336-361. Abril, 2006.

LEONGÓMEZ, E. P. **LAS FARC (1949 -1966) De la autodefensa a la combinación de todas las formas de lucha**. Editora Tecer Mundo. Colômbia, 1991.

LOPEZ, J. O. **La independencia de Colombia**. Ed. FICA. Bogotá, 2009.

MACHADO, I. J. de R. **Reflexões sobre o pós-colonialismo**. Teoria e pesquisa, n. 44 e 45, jan/jul 2004, p. 19-32

MEÍJA, A. T. In: MELO, J. O. **Colombia Hoy**. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/bda/docs/CO-CA-0001.pdf>> acessado em 03/04

MELO, J. O. **Historia de Colombia: El establecimiento de la dominacion española**. Biblioteca de laPresidencia de la República. Colômbia, 1995.

MERLE, Marcel. **Sociologia das Relações Internacionais**. Brasília: Editora da UnB, 1981.

MORGHENTAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pela poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

OCAMPO, José Fernando. **Colombiasiglo XX. Estudio Histórico y antología**. T. I (1886-1934). S/C: EdicionesTercer Mundo, 1980. Disponível em: <<http://www.moir.org.co/-COLOMBIA-SIGLO-XX-Estudio-.html>> Acessado em 01/03/2018.

OLSSON. G. **O fenômeno da Globalização e o novo cenário dos atores das Relações Internacionais**. 2001. 200 f. Tese (Mestrado em Direito) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2001.

PECÁULT, D. **As FARC: uma guerrilha sem fins?** Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Paz e Terra, 2010. Disponível em: <www.plataformademocratica.org/Arquivos/Farc.pdf> Acessado em 08/03/2018.

_____. **Las FARC: fuentes de su longevidad y de la conservación de su cohesión.** Análisis Político nº 63, págs. 22-29. Bogotá, 2008.

PECEQUILLO, C. S. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **Manual do Candidato - Política Internacional.** 1ª edição. Brasília, 2010.

PEÑA, M. A. **Las Farc: la guerrilla campesina, 1949-2010 ¿ ideas circulares em un mundo cambiantes?** Ed. ARFO. Bogotá, 2010

RESTREPO, J. M. **Diario político y militar : memorias sobre los sucesos importantes de la época para servir a la historia de la Revolución de Colombia y de la Nueva Granada, desde 1819 para adelante.** Bogotá, 1954.

ROSETO, L. F. T. **Un actor no estatal en el escenario internacional. El caso de Las Fuerzas Revolucionarias de Colombia, FARC-EP (1966-2010).** Barranquilla, Col: Editorial Universidad del Norte, 2015.

SAINT-PIERRE, H. L. **A política armada. Fundamentos da guerra revolucionária.** Editora Unesp. São Paulo, 2000.

SALDANHA, A. M. S. S. A terra, substrato da violência na Colômbia. **Opera Mundi**, 2015. Disponível em <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/39311/a+terra+substrato+da+violencia+na+colombia.shtml> Acessado em 05/02/2018.

SCHMITT, C. **El concepto de lo “político” – Teoría del partisano.** Buenos Aires: Folios, 1984.

SILVA, L. A. **Movimentos Sociais, mercado e economia solidária: Índices de cidadania ativa e questões metodológicas.** Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v.1, n.2, Jan/Jun. 2009.

TAYLOR, P. **Non state actors in International Politics: from transregional to substate organizations.** Boulder: Westview Press, 1984.

TOKALTLIAN, J. **La mirada de la política exterior de Colombia ante un nuevo milenio: ¿ceguera, miopía o estrabismo?** Revista Colombia Internacional, 48, 35-43. Colômbia, 2000.

TROTSKY, L. **Escritos militares - Ejército, milicias, guerrillas.** Buenos Aires: Amaicha, 1973.

TRUMMAN, A. **Os Colombianos.** Editora Contexto. São Paulo, 2018.

ULLOA, A. **"El nativo ecológico: Movimientos y movimientos ambientales en Colombia"**. In: PARDO, M. & ARCHILA, M. (Orgs.). Movimientos Sociales, Estado y Democracia en Colombia. Bogotá: UNAL, ICANH, 2001.

URIBE, J. J. Etapas y sentido de la historia de Colombia. In: **Colombia Hoy**. Disponível em :<http://www.comunidadeandina.org/bda/docs/CO_CA_001.pdf> Acessado em 03/04/2018.

VEGA, R. **Gente muy rebelde. Protesta popular y modernización capitalista en Colombia 1909-1929, tomo 2: Indígenas, campesinos y protestas agrarias**. Bogotá, Ediciones Pensamiento Crítico, 2002.

VÉLEZ, M. A. Aniversario de la agresión a Marquetalia. En De la Torre, Cristina. **Colombia camina al socialismo**. Cuadernos de Alternativa, Bogotá: 1976,9. pp. 343-344

_____. **FARC - ELN: evolución y expansión territorial**. Desarrollo y Sociedad, núm. 47, marzo, 2001, pp. 151-225. Universidad de Los Andes - Bogotá, Colombia.

WALLERSTEIN, I. **¿Qué significa hoy ser un movimiento anti-sistémico?** In: OSAL : Observatorio Social de América Latina. No. 9 (ene. 2003-). Buenos Aires : CLACSO, 2003

WEBBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

_____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 2**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.

_____. **Ciência e Política. Duas Vocações**. Ed. Cultrix. São Paulo, 2004.